

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA**

GERLAINE PEREIRA DA ROCHA

A HISTÓRIA DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECA DO
INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

Rio de Janeiro

2014

GERLAINE PEREIRA DA ROCHA

A HISTÓRIA DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECA DO
INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em
Biblioteconomia, pela Escola de
Biblioteconomia, da Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Naira
Cristofolletti Silveira.

Rio de Janeiro

2014

Rocha, Gerlaine Pereira da.
A história da Representação da Informação na Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros / Gerlaine Pereira da Rocha. – 2014. – 79 f. –Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014. –Orientadora: Naira Christofolletti Silveira.
1. REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO. 2. CATÁLOGO. 3. HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS – RIO DE JANEIRO. 4. BIBLIOTECA DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. I. Silveira, Naira Christofolletti, *orient.* II. Título.

GERLAINE PEREIRA DA ROCHA

A HISTÓRIA DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECA DO
INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em
Biblioteconomia, pela Escola de
Biblioteconomia, da Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Naira Christofolletti Silveira – Orientadora,
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Ma. Brisa Pozzi de Sousa,
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Me. Fabiano Cataldo de Azevedo,
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Àqueles que me inspiraram e me incentivaram...

AGRADECIMENTOS

A Deus por me auxiliar, me guiar e me permitir chegar até aqui.

Ao meu avô João, principalmente, que incansavelmente esteve comigo por todas essas madrugadas.

Aos meus pais pelos auxílios, incentivos e sustento. Dudu, minha família e amigos pela compreensão das ausências e pelo incentivo de sempre.

Isaque, meu amigo, que esteve ao meu lado literalmente nesse longo e cansativo, mas recompensador, espero, para nós, caminho.

Sou grata às “velhas” amizades e também àquelas que ganhei nesta jornada, pela companhia nas horas vagas, nos trabalhos, nas dificuldades e nas alegrias. Obrigada pelos aprendizados que vocês me proporcionaram através de suas vidas.

Aos professores que são responsáveis pela profissional que serei e pela inspiração para seguir a carreira, assim como todos aqueles por quem passei nos estágios da UNIRIO, da PUC e do IBGE.

Em especial àqueles que estiveram mais próximos: professor Rodolfo Petrônio, que me acolheu na monitoria; e professora Naira Silveira na pesquisa. Sou muito orgulhosa de ter sido sua primeira bolsista de iniciação científica e feliz de ter sido sua orientanda por todo esse tempo.

Nessa reta final devo agradecerimentos especialíssimos a: Rachel (obrigada por todas as ajudas), professoras Simone Weitzel, Lidiane Carvalho, Bruna Nascimento, Brisa Pozzi e professores Marcos Miranda e Fabiano Cataldo.

Ao pessoal da Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros, muito obrigada por abrir as portas da Biblioteca e colaborar de maneira tão gentil e solícita com esta pesquisa.

Por fim, obrigada àqueles que me inspiraram e incentivaram, em especial à Dinelma e professora Kátia, porque estudando a gente consegue muito mais!

“[O século XIX] Foi também o século da catalogação” (FONSECA, 1979, p. 22).

“No Brasil mesmo, durante todo o século XIX, ocorreram várias atividades significativas para a prática bibliotecária [...]” (SOUZA, 1990, p. 20).

RESUMO

Investiga-se a trajetória da prática da Representação da Informação no município do Rio de Janeiro, do século XIX ao XXI, a partir da análise dos produtos (catálogos) de uma biblioteca criada em 1895 e em funcionamento até os dias de hoje. Para isso se realizou um estudo de caso na Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros. Utilizou-se a pesquisa documental para a análise dos catálogos da Biblioteca, complementada por uma entrevista com a bibliotecária e o estagiário que atuam na Biblioteca. O século XIX marca profundamente a história da Biblioteconomia no Brasil e o desenvolvimento da área de Representação da Informação. Questiona-se como essa área se desenvolveu na prática em bibliotecas brasileiras, se existiam catálogos e como eles foram construídos, e como evoluíram. São também traçadas possíveis relações com o desenvolvimento da área com o contexto mundial. Conclui que a Biblioteca do Instituto teve três momentos expressivos em sua trajetória com relação à Catalogação: o primeiro de organização de fato do acervo, através da elaboração de um catálogo em livro, posteriormente um em fichas e da sistematização da disposição nas estantes. Um segundo momento de automação, mantendo-se, entretanto, basicamente os mesmos elementos de representação bibliográfica. E um último de busca por interoperabilidade, com a adoção explícita de padrões internacionalmente utilizados. Embora a realidade da Catalogação desta Biblioteca analisada possa ser compartilhada por outras, não é possível generalizar os resultados desta às realidades de todas as bibliotecas criadas no Rio de Janeiro no século XIX, propõe-se a elaboração de estudo de caso comparativo com diversos casos a serem analisados para que se possa traçar uma trajetória mais representativa e completa da prática da Representação da Informação no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Representação da Informação. Catálogo. História das bibliotecas – Rio de Janeiro. Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros.

ABSTRACT

Investigates the trajectory of the practice of this area of Library and Information Science in the municipality of Rio de Janeiro, the nineteenth to the twenty-first century, from the analysis of their products (catalogs) of a library established in 1895 and in operation until the present day. To do that was conducted a case study in the Library of the Instituto dos Advogados Brasileiros. A documentary research was used for the analysis of the catalogs of the Library, supplemented by an interview with the librarian and the trainee that work in the Library. The nineteenth century marked deeply the history of Library and Information Science in Brazil and also the development of the area of Information Representation. Wonder how this area has developed in practice in brazilian libraries, catalogs existed? How were they built? How did they evolve? Are also outlined possible relationships between the development of the area and the global context. Concludes that the Library of the Instituto had three significant moments in his career regarding Cataloging: the first organization in fact the acquis, by drawing up a catalog in book, and records in cards and systematic arrangement of the shelves. A second stage of automation, keeping, however, essentially the same elements of bibliographic representation. And one last search for interoperability with the explicit adoption of internationally adopted standards. Although the reality of this Library Cataloguing analyzed can be shared by others, it is not possible to generalize the results of the realities of all libraries created in Rio de Janeiro in the nineteenth century, it is proposed to draw up a comparative case study with several cases to be analyzed, so that is possible to draw a more representative and complete trajectory of the practice of Representation of Information in Rio de Janeiro.

Keywords: Representation of Information. Catalog. Library history – Rio de Janeiro. Library of the Instituto dos Advogados Brasileiros.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Termo “ministério público” no TSTF	27
Figura 2 - Estrutura da classe 343 da CDDir	37
Figura 3 - Nota explicativa para o uso do auxiliar especial referente a Direito Canônico na CDU	38
Figura 4 - Padrão de apresentação do registro no Catálogo de 1943	39
Figura 5 - Índice de assuntos do Catálogo de 1943	39
Figura 6 - Exemplo de ficha manual de livro do catálogo	41
Figura 7 - Exemplo de ficha manual de artigo do catálogo	41
Figura 8 - Registro em Access	42
Figura 9 - Registro no Biblivre	44
Quadro 1 - Representação da Informação nos catálogos da Biblioteca do IAB	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALA	<i>American Library Association</i>
BIBFRAME	<i>Bibliographic Framework</i>
CALCO	Catálogo Legível por Computador
CCAA	Código de Catalogação Anglo-Americano
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDDir	Classificação Decimal de Direito
CDU	Classificação Decimal Universal
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FRAD	<i>Functional Requirements for Authority Data</i>
FRBR	<i>Functional Requirements for Bibliographic Records</i>
FRSAD	<i>Functional Requirements for Subject Authority Data</i>
IAB	Instituto dos Advogados Brasileiros
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
ISBD	<i>International Standard Bibliographic Description</i>
LC	<i>Library of Congress</i>
LEXML	Rede de Informação Legislativa e Jurídica
MARC	<i>Machine Readable Cataloging</i>
OI	Organização da Informação
OPAC	<i>Online Public Access Catalogues</i>
RDA	<i>Resource Description and Access</i>
RI	Representação da Informação
TSTF	Tesouro do Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OBJETIVOS.....	12
1.2	QUESTÕES DE PESQUISA.....	12
1.3	JUSTIFICATIVA.....	13
2	BIBLIOTECAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX AO XXI: BREVES APONTAMENTOS	14
3	REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO	17
3.1	REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SÉCULO XIX AO XXI: UMA VISÃO A PARTIR DO CATÁLOGO.....	19
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
4.1	ESTUDO DE CASO.....	30
4.1.1	A pesquisa documental.....	32
4.1.2	A entrevista.....	33
5	CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DA BIBLIOTECA DO IAB	34
5.1	CONSTRUINDO A HISTÓRIA.....	34
5.2	DIREITO CANÔNICO.....	36
5.3	ANALISANDO OS PRODUTOS DE RI DA BIBLIOTECA DO IAB.....	38
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
	REFERÊNCIAS	50
	APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA	55
	ANEXO A – BIBLIOTECAS RECUPERADAS DO CADASTRO DE BIBLIOTECAS DA FBN	57
	ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA	65
	ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ..	67
	ANEXO D – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIRIO	70
	ANEXO E – ATA DE CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA DO IAB	78

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem o intuito de realizar um traçado histórico de evolução teórica e prática da área, especificamente através da Catalogação, porém, não abarca apenas a Representação Descritiva, mas a Representação da Informação de modo geral. É decorrente do projeto de iniciação científica, “A Representação Descritiva no Brasil: seu caminho através dos primeiros catálogos do século XIX”, realizado entre agosto de 2013 e junho de 2014 na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se, portanto, de um subprojeto vinculado ao do projeto de pesquisa “A Representação Descritiva no Brasil: seu caminho até o contexto atual”¹.

A temática deste trabalho compreende a Representação da Informação em catálogos de bibliotecas brasileiras e a discussão de sua elaboração e trajetória em relação a padrões internacionalmente aceitos na área. Tem-se como recorte de análise o município do Rio de Janeiro e alguns fatos marcantes que ocorreram no período entre os séculos XIX e XXI, mais precisamente até este ano, 2014. Escolheu-se como representante desta trajetória a Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros, sobre a qual realizou-se um estudo de caso.

Este trabalho está estruturado em seis seções, sendo a primeira a Introdução, na qual são apresentados os objetivos, a questão da pesquisa e as justificativas.

Na seção 2, Bibliotecas no Brasil do século XIX ao XXI, serão abordados brevemente alguns fatos históricos sobre as bibliotecas no Brasil neste período, assim como seu contexto atual, com foco em bibliotecas no Rio de Janeiro.

A terceira seção definirá como são utilizados alguns conceitos pertinentes à pesquisa, como Representação da Informação e catálogos, assim como trará uma breve trajetória, destacando-se alguns fatos marcantes em seu desenvolvimento teórico e prático.

Os procedimentos metodológicos são minuciosamente descritos na seção 4. Utilizou-se do método do estudo de caso e das técnicas de pesquisa documental e de entrevista.

1 Elaborado pela professora Naira Christofolletti Silveira, cujo objetivo geral é discutir a Representação Descritiva no Brasil, relacionando seu desenvolvimento com as questões sociais brasileiras.

A seção 5, subdividida em três partes, traz os resultados obtidos e sua análise.

Em 6, considerações finais, por último, é realizada uma sumarização dos resultados da pesquisa assim como são propostas novas investigações sobre o tema.

Como subseções desta introdução, a seguir, serão especificados os objetivos almejados, as questões que suscitaram esta investigação e a justificativa para tal.

1.1 OBJETIVOS

Tem-se como objetivo geral investigar a trajetória da Representação da Informação no município do Rio de Janeiro e traçar suas possíveis relações com padrões internacionalmente aceitos, a partir da análise de seus produtos (catálogos) em uma biblioteca.

Esse objetivo se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- a) identificar padrões de Representação da Informação internacionalmente aceitos, a partir do século XIX até o século XXI;
- b) levantar quais bibliotecas do município do Rio de Janeiro foram criadas no século XIX e ainda estão em funcionamento;
- c) selecionar uma biblioteca a ser estudada;
- d) elencar os produtos de Representação da Informação (catálogos) produzidos pela biblioteca selecionada;
- e) analisar esses produtos sob o ponto de vista da Representação da Informação; e
- f) traçar comparações com padrões internacionalmente aceitos de Representação da Informação vigentes conforme as datas convenientes.

1.2 QUESTÕES DE PESQUISA

Algumas perguntas compuseram o desenvolvimento dessa pesquisa, das quais destacam-se: Como se concretizava a Representação da Informação em bibliotecas criadas no século XIX no atual município do Rio de Janeiro, enquanto bibliotecas brasileiras? Existiam catálogos? Como esses catálogos foram construídos? De que eram constituídos? Como evoluíram? Quais as suas relações

com o contexto de desenvolvimento da área de Representação da Informação? Quais são as perspectivas futuras para a Representação da Informação nessas bibliotecas?

1.3 JUSTIFICATIVA

O século XIX foi marcante para a Biblioteconomia brasileira. Foi o século da vinda do acervo da atual Fundação Biblioteca Nacional de Portugal para o Brasil, assim como o século de seu estabelecimento no Rio de Janeiro. Em contexto mundial este século também é marcante para o desenvolvimento da Catalogação, pois foi a época em que Panizzi, Cutter e Dewey, por exemplo, desenvolveram suas teorias e sistemas, que por sua vez influenciam a Biblioteconomia até hoje. É interessante verificar a relação entre esse desenvolvimento teórico e prático da área, e a Biblioteconomia brasileira.

Acredita-se que estudos como este possam contribuir para o resgate da memória da prática biblioteconômica, como também para analisar e (re)pensar sob um outro olhar essa prática.

Sabe-se que existe a carência de literatura brasileira sobre o tema, em especial sobre Representação Descritiva, e dessa forma, pretende-se produzir resultados para somar aos estudos da área.

Em estudos desse gênero é comum o reconhecimento de que conhecer e entender o passado ajuda a tomar melhores decisões futuras. Assim, será de grande valia também para a biblioteca estudada, pois contribui para a preservação da memória institucional.

Pretende-se de forma mais objetiva contribuir principalmente para as áreas de História das Bibliotecas no Brasil e de Representação da Informação.

2 BIBLIOTECAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX AO XXI: BREVES APONTAMENTOS

O século XIX marca profundamente a história das bibliotecas no Brasil, especialmente daquelas situadas no atual município do Rio de Janeiro. Segundo Martins (2001) a atual Fundação Biblioteca Nacional (FBN) foi o primeiro estabelecimento oficial desse gênero instalado no Brasil. Seu acervo foi trazido para o Rio de Janeiro em 1808 com a chegada da família real portuguesa ao Brasil.

Fonseca (2007) aborda brevemente a história das bibliotecas no Brasil. O autor afirma que após a *Real Biblioteca*, atual FBN, e a Biblioteca Pública da Bahia, criada em 1811, somente em meados do século XIX é que foram surgindo outras bibliotecas públicas estaduais no Brasil.

É preciso trazer neste momento uma breve explicação sobre o termo “biblioteca pública”, no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia ele é definido como: “a que é posta à disposição da coletividade [...], e que é financiada principalmente por dotações governamentais” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 52), considerada o oposto de “biblioteca privada”. Acredita-se, entretanto, que o termo possui, não raramente, dois significados na literatura: o de pública por ser aberta a usuários de qualquer origem, não apenas aos da instituição mantenedora, seja ela de natureza pública ou privada; e o de pública por ser mantida com capital público, as quais, em alguns casos, podem não ser abertas a usuários de outras instituições ou a quaisquer interessados. É preciso diferenciar seu uso pelos autores citados nesta seção: Fonseca (2007) usa o termo conforme a definição do Dicionário supracitado; Bessone (1999), por sua vez, usa-o no sentido de aberta a usuários de origens diversas.

Sobre bibliotecas no Rio de Janeiro, se constata que por volta de 1874 havia na corte um número significativo de bibliotecas. Sendo assim,

[...] a cidade [do Rio de Janeiro] atraía estudantes, políticos, escritores, comerciantes, ambiciosos e curiosos em geral. Centro de todas as decisões, era o local onde se poderia iniciar uma carreira que desse prestígio e poder àqueles que tivessem essas ambições. [...] Ao longo do século XIX, a cidade [...] assumiu de forma hegemônica o papel de capital cultural, além de centro das decisões econômicas e político-administrativas, primeiro como município neutro da Corte e depois como capital federal (BESSONE, 1999, p. 84-85).

Nesse contexto se formaram advogados e médicos de renome, muitos dos quais frequentavam as bibliotecas públicas “com objetivos diversos: preparação de lições para estudantes das faculdades do Rio, leitura de periódicos, exame de obras raras e de interesse histórico, [...] mapas e plantas” (BESSONE, 1999, p. 98). Nesse contexto

[...] [As] bibliotecas públicas [...] já faziam parte da vida da cidade [...]. De início, instaladas em conventos ou associações religiosas, depois, vinculadas a instituições de ensino ou associações, animaram-se mais ainda após a instalação da mais importante de todas elas, a Biblioteca Nacional (BESSONE, 1999, p. 98).

Dentre essas bibliotecas estavam: a da Faculdade de Medicina, da Escola da Marinha, da Academia de Belas Artes, a do Imperial Instituto de Meninos Cegos, do Instituto dos Surdos Mudos, do Mosteiro de São Bento, dos Conventos de Santo Antônio e do Carmo, a Biblioteca Fluminense, o Gabinete Português de Leitura, a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e outras (BESSONE, 1999).

Após períodos de esplendor, a maior parte das bibliotecas públicas estaduais do Brasil entrou em decadência, poucas chegaram aos nossos dias renovadas e atualizadas. As especializadas, entretanto, podem trazer algum orgulho, talvez isso se deva ao fato de que o esforço pelo desenvolvimento científico e tecnológico empreendido no Brasil levou os bibliotecários mais capazes para essas bibliotecas (FONSECA, 2007).

Biblioteca especializada “se refere tanto à especialização das coleções como à tipologia dos usuários” (FONSECA, 2007, p. 53). As primeiras bibliotecas desse tipo foram as dos laboratórios e das grandes empresas industriais e comerciais, e de associações profissionais, como a Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros, por exemplo.

Guinchat e Menou (1994, p. 253) afirmam

A introdução das novas tecnologias está revolucionando as unidades de informação. Elas intervêm nas principais funções da cadeia documental. Algumas destas tecnologias intervêm em atividades gerais das unidades de informação, como a teleconferência e o tratamento de textos; outras intervêm em atividades específicas, como o acesso a bases de dados bibliográficas ou o arquivamento eletrônico de dados.

Considerando a biblioteca como uma unidade de informação, as tecnologias de informação e comunicação, que se popularizaram no fim da década de 1990, também as alcançaram resultando na automação de alguns serviços e produtos que, em geral, agilizam suas atividades. É evidente que nem todas as bibliotecas

brasileiras acompanharam de forma igual e *pari passu* esse desenvolvimento tecnológico. Acredita-se ser possível observar, além de outras coisas, também o uso dessas tecnologias nos catálogos de uma biblioteca, seja através da sua construção, da forma ou do suporte.

A automação tem se tornado cada vez mais sofisticada e artificialmente inteligente no decorrer dos anos. Esse é o contexto das bibliotecas no início do século XXI.

O catálogo é considerado por alguns autores o coração ou núcleo da biblioteca, pois através dele é possível conhecer o acervo e desenvolver outros produtos, com base na Representação da Informação dos documentos que compõem a biblioteca, conforme exposto na seção seguinte.

3 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Os termos Organização da Informação, Organização do Conhecimento, Representação da Informação e Representação do Conhecimento são usados com diferentes significados tanto na literatura nacional, quanto na internacional. Numa tentativa de estabelecer parâmetros para auxiliar a possível ambiguidade causada por esses diferentes usos Brascher e Café (2008) propõem sua conceitualização.

Para os fins deste trabalho será utilizada a definição de Organização da Informação (OI) e de Representação da Informação (RI), considerando que

A organização da informação é [...] um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a **representação da informação**, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico. Alguns tipos de representação da informação são construídos por meio de linguagens elaboradas especificamente para os objetivos da [Organização da Informação]. Essas linguagens, segundo Svenonius (2000) subdividem-se em linguagens que descrevem a informação [seu conteúdo] e linguagens que descrevem o documento (suporte físico) (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 5, grifo das autoras).

Para essas autoras objeto informacional é a informação registrada, que inclui, dentre outros, textos, imagem, registros sonoros, representações cartográficas e páginas web; os quais podem compor o acervo de bibliotecas, por exemplo.

Não serão utilizadas as definições de Organização do Conhecimento e Representação do Conhecimento, pois, segundo essas autoras, estes são constructos mentais, visam à construção de modelos de mundo, se constituindo numa estrutura conceitual, que não será aqui abordado.

A pesquisa de Bettencourt (2011) teve foco semelhante a esta, pois objetivou conhecer como foi definida e operacionalizada a RI na Biblioteca Nacional do Brasil, desde a sua fundação até a atualidade, a qual se configura com a formação de um acervo digital. Para tanto, a autora usa a seguinte definição de RI: “De uma maneira geral, a Representação da Informação engloba a representação descritiva ou física e a representação temática ou de conteúdo” (BETTENCOURT, 2011, p. 37), materializadas pelo que Svenonius (2000), citado por Brascher e Café (2008), chama de linguagens que descrevem o suporte físico e aquelas que descrevem a informação (o conteúdo).

A Representação Descritiva estabelece um conjunto de dados convencionais destinado a obter uma referência única e precisa de cada documento. Permite

identificar e recuperar rapidamente um documento a partir desses conjuntos de dados e dos pontos de acesso. A Representação Temática, por sua vez, se ocupa da análise do conteúdo temático de um documento, cuja finalidade principal é a recuperação por assuntos presentes em diferentes documentos (JIMÉNEZ MIRANDA, 2003). O catálogo seria o produto da RI, contemplando tanto a Representação Temática quanto a Descritiva, por isso, muitas vezes ao estudar o catálogo, utiliza-se o termo Catalogação, que seria conceitualmente equivalente à RI.

Ao buscar a etimologia da palavra catálogo, lembrada por Fiuza (1987), observa-se que esta palavra vem do grego *katalogos*, que significa *Kata* – por, ou de acordo com; e *Logos* – palavra, ordem, razão; ou seja, seu conteúdo está arranjado segundo uma ordem, uma razão.

Lubetzky (1979), citado por Fiuza (1987, p. 45), comenta sobre o catálogo de biblioteca, descrevendo a ideologia da Catalogação que prevaleceu desde o século XVI até meados do século XIX:

[...] o catálogo é um auxiliar para localizar um livro dentro da biblioteca. Um livro é normalmente identificado pelo nome do autor [...] e pelo título. Portanto, raciocionou-se, entradas sob o nome do autor e sob o título encontrado na folha de rosto ou em outra parte do livro, em conjunto com um símbolo para indicar sua localização nas estantes, permitiriam encontrar rapidamente um livro.

O catálogo, dentre outras coisas, pode ser considerado um instrumento desenvolvido para poupar tempo e esforço na busca por um livro, no caso da biblioteca.

Mey e Silveira (2009, p. 12) consideram o catálogo como:

um meio de comunicação, que veicula mensagens sobre os registros do conhecimento, de um ou vários acervos, reais ou ciberespaciais, apresentando-as com sintaxe e semântica próprias e reunindo os registros do conhecimento por semelhanças, para os usuários desses acervos.

Acrescenta-se que, portanto, sua função primordial consiste em representar para recuperar para usuários específicos.

Quanto à sua forma, os catálogos, de acordo com Mey e Silveira (2009), podem ser:

- Manuais:
 - em fichas; e
 - em folhas soltas ou em livros (atualmente em desuso).
- Automatizados:

- em linha, ou onlines (mais comuns);
- conectados a redes ou a um servidor particular; e
- em diferentes suportes físicos (como fichas ou discos compactos) obtidos a partir de um servidor.

Na elaboração de um catálogo são qualidades importantes:

- **uniformidade** – nas representações, permite a compreensão da mensagem; em certas partes da catalogação, permite a reunião de registros do conhecimento com características comuns; na própria estruturação interna do catálogo, facilita seu manuseio pelo usuário. A partir do momento em que se utiliza um sistema ou rede, a uniformidade torna-se indispensável, com grandes vantagens para todos;
- **economia na preparação e na manutenção** – o que significa economia de recursos e de tempo;
- **atualidade** – deve estar sempre atualizado, refletindo o acervo (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 15, grifo das autoras).

Apresentados os conceitos que proporcionam base para esta pesquisa, a seguir serão apontados alguns marcos no desenvolvimento da RI com foco no catálogo.

3.1 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SÉCULO XIX AO XXI: UMA VISÃO A PARTIR DO CATÁLOGO

Esta pesquisa se limitará a apresentar alguns marcos importantes no desenvolvimento da RI com foco em seu produto, o catálogo, durante o período compreendido entre os séculos XIX e XXI. Não se pretende realizar uma abordagem exaustiva, mas destacar os principais acontecimentos e alguns marcos teóricos que serão relevantes para a posterior análise dos dados coletados.

Mey (1995) discorre brevemente sobre a história dos catálogos e da Catalogação, apontando que o século XIX caracteriza-se por fatos importantes, quando surgiram muitos trabalhos que influenciaram a prática moderna de Catalogação. Fonseca (1979) afirma categoricamente que esse foi também o século da Catalogação.

Panizzi, Jewett e Cutter são considerados por Freedman (1984), citado por Fiuza (1987), um dos “quatro grandes” pensadores da Catalogação, pelo menos na tradição norte-americana. Esses três autores desenvolveram suas teorias durante o século XIX, o que corrobora com as assertivas acima citadas de Fonseca (1979) e Mey (1995).

Antonio Panizzi (1797-1879) foi contratado em 1831, para o cargo de bibliotecário assistente, pelo Museu Britânico. Ele foi encarregado de coordenar os trabalhos de revisão do catálogo da biblioteca do Museu, e após quatro anos de discussões perante a comissão encarregada de aprovar o novo catálogo, Panizzi apresentou suas *91 Regras*². Panizzi afirma que

O Catálogo deve ser visto como um **todo**. O livro procurado por uma pessoa não é realmente, na maioria das vezes, o objeto de seu interesse, mas a **obra** nele contida; esta **obra** pode ser encontrada em outras edições, traduções e versões, publicada sob diferentes nomes do autor e diferentes títulos e, conseqüentemente, para servir bem ao usuário, o Catálogo deve ser planejado para revelar todas as edições, versões, etc. das obras, bem como outras obras geneticamente relacionadas que existem na biblioteca (PANIZZI, [1841?], apud FIUZA, 1987, p. 46, grifo do autor).

Charles Coffin Jewett (1816-1868) fez uma revisão das regras de Panizzi adaptando-as para a prática norte-americana. Trabalhava como bibliotecário na biblioteca da Smithsonian Institution, para a qual publicou um código de Catalogação. Idealizou ainda um sistema de reprodução de fichas por meio de placas estereotipadas de cobre para dar maior flexibilidade ao catálogo, bem como permitir maior cooperação entre as bibliotecas (FIUZA, 1987).

Jewett, por sua vez, influenciou diretamente Charles Ami Cutter (1837-1903), que inclusive foi um grande amigo de Dewey, conforme relata Bastos (1976). Cutter publicou suas *Regras para um Catálogo Dicionário Impresso*, onde

definiu os primeiros princípios de catalogação expressos em regras que constituíram um código tão racional e completo que muitas delas continuam a fazer parte dos códigos atuais (FIUZA, 1987, p. 48).

Para Cutter os objetivos do catálogo são (CUTTER, 1876, apud SILVEIRA, 2013, p. 88):

1. Possibilitar que uma pessoa encontre um livro do qual ou
 - (A) o autor
 - (B) o título
 - (C) o assunto seja conhecido.
2. Mostrar o que uma biblioteca possui
 - (D) de um determinado autor
 - (E) de um determinado assunto
 - (F) de um determinado tipo de literatura.
3. Ajudar na escolha de um livro
 - (G) de acordo com sua edição (bibliograficamente)
 - (H) de acordo com seu caráter (literário ou temático).

Até hoje são seguidos os preceitos de Cutter ao distinguir três tipos de ponto de acesso para o registro bibliográfico, a saber: **ponto de acesso de responsabilidade**, no qual um autor, compilador, entidade coletiva etc.

2 As *91 Regras* foram digitalizadas pelo Hathi Trust Digital Library, e o documento encontra-se disponível em seu site <<http://www.hathitrust.org/>>.

podem ser buscados e recuperados; **ponto de acesso de título**, em que um título pode ser buscado e recuperado; **ponto de acesso de assunto**, no qual um assunto pode ser buscado e recuperado. Os pontos de acesso são padronizados, assim **todos os documentos que possuam as mesmas características estarão reunidos no catálogo**. As demais informações sobre um documento são registradas na **descrição bibliográfica**, que inclui as informações sobre a publicação, notas etc. Além disso, as relações entre os documentos são expressas em referências cruzadas. Portanto, Cutter e sua obra representam um ícone na Representação Descritiva (SILVEIRA, 2013, p. 89, grifo nosso).

Na primeira metade do século XX, Fiuza (1980) afirma que os bibliotecários passaram a sofisticar cada vez mais o catálogo. Os códigos de catalogação, que têm como objetivo nortear a elaboração de catálogos, têm sua origem no século XVIII, na Europa e nos Estados Unidos (SILVEIRA, 2013). Mas foi no início do século XX que houve uma mudança no desenvolvimento desses, onde as preocupações teóricas foram subordinadas às considerações práticas da tecnologia de adoção de fichas desta época, conforme relata Fiuza (1980). Nesse contexto foi desenvolvido o Código da ALA (*American Library Association*), de 1908. Posterior a este o Código da Vaticana, ou *Normas para catalogação de impressos*, que teve maior influência na Biblioteconomia brasileira entre os anos 1940 e 1969 (MEY; ZAFALON, 2009).

Com base em Freedman (1984 apud FUIZA, 1987) no século XX surge o último dos “quatro grandes”: Seymour Lubetzky (1898-2003), o maior teórico do século. Sua teoria foi base para as discussões da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, a Conferência de Paris, de 1961, e pode-se resumi-la nos seguintes pontos:

1. os objetivos do Catálogo são: - mostrar se a biblioteca possui ou não um item determinado, publicado sob um nome de autor ou sob um título determinado; - identificar o autor e a obra representados pelo item e relacionar as várias obras do autor e as várias edições da obra.
2. As duas funções do Catálogo são: - localizar documentos, atendendo ao 1º objetivo; - agrupar documentos, atendendo ao 2º objetivo.
3. Os problemas encontrados nas entradas de autor e título podem ser agrupados em blocos e resolvidos através de princípios básicos, visando a consistência do catálogo (FIUZA, 1987, p. 50).

Nessa Conferência foi elaborada a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação³, que deu origem a diversos códigos de catalogação em diversos países e idiomas, inclusive ao CCAA (Código de Catalogação Anglo-Americano, ou AACR, em inglês, *Anglo American Cataloging Rules*), traduzido para o português em

3 Que ganhou uma nova versão, publicada em 2009, disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>.

1969 e amplamente adotado (FIUZA, 1980). A última edição brasileira foi publicada em 2004 com base na revisão de 2002. Portanto, é necessário detalhar a seguir alguns pontos desse código, afinal, ele ainda traz as diretrizes vigentes para a prática da Catalogação no Brasil.

As mensagens veiculadas pelos catálogos são os registros bibliográficos, as representações dos registros do conhecimento, que são compostas por três partes: descrição bibliográfica, pontos de acesso e dados de localização. Em sua elaboração consiste a prática da Catalogação (MEY; SILVEIRA, 2009).

Códigos do passado indicavam todos os tipos de pontos de acesso. Cutter, nas *Rules*, determinava também a forma de elaboração dos catálogos. Porém, o código em uso no Brasil, [...] [o Código de Catalogação Anglo-americano], segunda edição, revisão de 2002, abrange regras para a descrição bibliográfica (parte I) e pontos de acesso de autor e título (parte II), uma vez que os pontos de acesso de assunto se tomaram por demais amplos e específicos e originaram instrumentos próprios (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 97, grifo das autoras).

De acordo com as autoras citadas acima, a descrição bibliográfica é responsável por individualizar os registros, pois descrevem características particulares pertencentes a um determinado item ou a um conjunto de itens semelhantes.

A partir de 1969, foi criado um padrão internacional de descrição bibliográfica a *International Standard Bibliographic Description* (ISBD), que foi incorporada aos códigos de catalogação a partir de 1970. A ISBD normalizou a pontuação entre as áreas das informações descritivas e as dividiu em oito, a saber:

1. área do título e da responsabilidade;
2. área da edição;
3. área dos detalhes específicos do material;
4. área dos dados da publicação;
5. área da descrição física;
6. área da série;
7. área das notas; e
8. área do número internacional normalizado.

As oito áreas da ISBD coincidem com os elementos da descrição bibliográfica do CCAA.

Em estreita consonância com as ISBDs, as AACR2, parte I, voltadas à descrição bibliográfica, dividiram-se em 13 capítulos. O capítulo 1 abrange todos os tipos de materiais e corresponde à ISBD (G) geral. O capítulo 2 é relativo às monografias; o capítulo 3, aos materiais cartográficos; o capítulo 4, às obras manuscritas; o capítulo 5, à música impressa; o capítulo 6, às

gravações sonoras; o capítulo 7, aos filmes e vídeos (imagens em movimento); o capítulo 8, aos materiais gráficos; o capítulo 9, aos recursos eletrônicos; o capítulo 10, aos artefatos tridimensionais; o capítulo 11, às microformas; o capítulo 12, às publicações seriadas, isto é, aos periódicos no todo e às séries; e o capítulo 13, às analíticas [...] (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 106).

Ponto de acesso é um “nome, termo, código etc., sob o qual pode ser procurado e identificado um registro bibliográfico” (CÓDIGO de catalogação anglo-americano, 2002, apêndice D, p. 11). Os pontos de acesso reúnem registros com alguma característica semelhante. Em geral, em catálogos manuais eles podem ser: de responsabilidade, de título e de assunto, sendo essas diferenciações não aplicáveis aos catálogos automatizados, pois a maioria desses possui o recurso de pesquisa em diversos campos do registro bibliográfico.

Os pontos de acesso se dividem ainda em principais e secundários. O primeiro “é o que encabeça a entrada principal, isto é, a primeira informação registrada na ficha, acima da descrição bibliográfica” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 148). Secundários são os demais pontos de acesso, indicados no último bloco de informações da ficha. Eles devem ainda, e principalmente, se apresentar de maneira padronizada nos catálogos de acordo com as necessidades de cada biblioteca.

O capítulo 20 das AACR2 é introdutório. O capítulo 21 trata da escolha dos pontos de acesso, isto é, inclui regras que determinam quais devam ser os pontos de acesso de responsabilidade e título para cada tipo de obra ou recurso, distinguindo o principal dos secundários. O capítulo 22 trata dos cabeçalhos dos pontos de acesso para nomes pessoais; o 23, para nomes geográficos; o 24, para nomes de entidades coletivas; o 25, para títulos uniformes; e o 26 trata das remissivas (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 151).

Os pontos de acesso de assunto não são abarcados pelo CCAA. Mey e Silveira (2009) relatam que por muito tempo a representação temática da informação foi considerada um campo de estudo específico da Biblioteconomia, sujeito a suas próprias normas. Alguns instrumentos desenvolvidos e muito utilizados atualmente no Brasil são os cabeçalhos de assuntos e os tesouros de diversas origens.

O catálogo de terminologia de assuntos da BN é totalmente compatível com a lista de cabeçalhos de assuntos da LC. Trata-se do sistema de indexação pré-coordenada de uso mais amplo no Brasil. Os cabeçalhos de assuntos são palavras ou expressões que representam os assuntos, de forma independente, não estruturados entre si (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 164).

Os tesouros são listas de termos de um campo específico do conhecimento, previamente estruturados, relacionados entre si, visando à pós-coordenação em ambientes automatizados (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 166).

Os dados de localização, por último, permitem encontrar um documento no acervo. Eles podem compreender algum código da biblioteca, quando necessário, e

o número de chamada, formado, de maneira geral por: notação de assunto, ou número de classificação, notação de autor e outros elementos distintivos, como o número de exemplar, por exemplo.

Números de classificação se originam de sistemas de classificação que consistem em:

listas estruturadas de assuntos, nas quais estes são representados por códigos numéricos ou alfanuméricos ou, ainda, por símbolos. De modo corrente, esses códigos se denominam números, ou notação, de classificação. Os números de classificação [...] já foram utilizados para recuperação dos assuntos. Hoje, sua utilidade se limita, quase exclusivamente, à ordenação do acervo (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 175).

As autoras afirmam ainda que os dois grandes sistemas de classificação empregados internacionalmente são a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU), a qual será mais detalhada no fim desta seção.

Quanto à notação de autor, embora exista uma tabela específica desenvolvida para o Brasil, a Tabela PHA, Cutter criou uma tabela amplamente empregada no Brasil que acabou sendo a mais usual.

A tabela de Cutter representa cada sobrenome pela letra inicial, seguida de três dígitos. Quando um sobrenome não se enquadrar exatamente no sobrenome previsto, deve-se usar o código imediatamente anterior. No caso de obras com ponto de acesso principal pelo título, o código de Cutter corresponderá à primeira palavra do título que não seja artigo (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 181).

Após detalhar o CCAA, como indicado na página 20, prossegue-se com a apresentação da trajetória da RI. Durante a década de 1960, foi desenvolvido o formato *Machine Readable Cataloging* (MARC), sem dúvidas um marco na mecanização dos catálogos, abrindo caminho para sua automação. Projetado pela *Library of Congress* (LC) inicialmente como “um sistema que utilizava números, letras e símbolos dentro do registro bibliográfico, para marcar diferentes tipos de informação e atender ao recente uso de computadores pela LC” (FURRIE, 2000, apud MORENO; BRASCHER, 2007, p. 14).

Com a criação do formato tomam impulso a necessidade de intercâmbio de informações e o planejamento e a implementação de catalogação cooperativa para a redução de custos e de retrabalhos. Desde o desenvolvimento do projeto original o formato passou por muitas modificações, inclusive outros países criaram modelos próprios de MARC, como o Catalogação Legível por Computador (CALCO) no Brasil (MORENO; BRASCHER, 2007).

No entanto, as diferenças entre os formatos internacionais aumentaram com o passar do tempo, fazendo-se necessária a criação de um formato internacional. O formato evolui para UNIMARC (Universal MARC) em 1976, pretendendo-se padrão internacional [...] (MORENO; BRASCHER, 2007, p. 15).

Com o passar dos anos foram desenvolvidos outros módulos do MARC, além do bibliográfico:

- MARC 21 *Authority* – para registros de autoridade;
- MARC 21 *Holdings* – para dados de coleções;
- MARC 21 *Classification* – relativo a números de classificação; e
- MARC 21 *Community Information* – para registros de informações não-bibliográficas.

A criação do formato em conjunto do desenvolvimento dos *Online Public Access Catalogues* (OPAC) trouxe novas possibilidades à Catalogação, como a de controlar e recuperar os itens catalogados não só através dos pontos de acesso, mas também de alguns campos da descrição bibliográfica, como o ano e a editora, por exemplo, que são mais comuns. Outra possibilidade criada especialmente pelos OPAC foi a de acesso não restrito ao ambiente da biblioteca, sendo possível pesquisar e “navegar” nos catálogos de qualquer lugar com acesso à internet.

O MARC, tendo sido pensado para computadores, porém idealizado em padrões analógicos, não consegue fornecer estrutura suficiente para armazenar, compartilhar e reutilizar metadados aderidos às novas regras, evidências estas que estão promovendo uma movimentação no mercado, principalmente norte-americano, sobre a necessidade de sua substituição para uma solução que permita expansibilidade, flexibilidade, hierarquia e, principalmente, promova o relacionamento entre os registros, tornando a experiência do usuário mais rica, ao apresentar os registros e suas relações (SERRA, 2013, p. 14-15).

Mais recentemente tem sido desenvolvido o modelo BIBFRAME⁴ que visa substituir o formato MARC 21 e busca abarcar todas as possibilidades de descrição do novo código de Catalogação, o *Resource Description and Access* (RDA).

O século XX termina [...] com uma catalogação revigorada por estudos e descobertas que aproximam o usuário do registro bibliográfico. Para aqueles que pensavam estar falecida e enterrada a 'velha senhora' catalogação, substituída pelos avanços tecnológicos, esta se desenvolve no século XXI, bem ao contrário, cada vez mais renovada e cheia de possibilidades (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 89).

A Catalogação do século XXI se inicia com a percepção de que a última versão do CCAA não atende mais às demandas contemporâneas. As tecnologias

4 Bibliographic Framework Initiative. Disponível em: <<http://www.loc.gov/bibframe/>>.

desenvolvidas desde o pós-Segunda Guerra Mundial eclodiram e se popularizaram sobremaneira na última década do século XX e no início do XXI, inclusive seu uso em bibliotecas. Novos suportes de informação foram criados. Para tanto, a partir de 2005 iniciaram-se os trabalhos de construção de um novo código de catalogação, o RDA. Esse, ao contrário do CCAA, visa abarcar também a Representação Temática, assim como o Código da Vaticana abarcava, o que contemplaria o sentido completo do conceito de Catalogação, ou RI, segundo Silveira (2013).

O RDA é baseado nos *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e em suas mais recentes expansões, os *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) e os *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD), que são modelos conceituais do tipo entidade-relacionamento desenvolvidos pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA).

Desde 31 de março de 2013 os registros de Catalogação da LC são inteiramente baseados no RDA⁵. No Brasil, entretanto, é possível observar apenas algumas iniciativas isoladas de estudos ou implementações em catálogos baseadas no novo código de Catalogação, como o caso relatado por Teixeira (2013), por exemplo.

A Representação Temática “compreende [atualmente] a análise documentária como área teórica e metodológica que abrange as atividades de classificação, elaboração de resumos, indexação e catalogação de assunto” (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009, p. 22). Mey (1987), citada por Silveira (2013), afirma que essa área alcançou desenvolvimento próprio e com grandes avanços, como já foi dito anteriormente. Acrescenta-se que, inclusive de diferentes formas e utilizando-se de teorias de diversas áreas, como a Linguística e a Lógica, por exemplo. Sendo assim, para a execução desta pesquisa serão abordados a seguir apenas os instrumentos de Representação Temática utilizados pela biblioteca a ser estudada e sua relação com o seu desenvolvimento e uso em contexto mundial.

Verificou-se que os instrumentos que a Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros utiliza, desde 2013, para a representação dos assuntos são: o Vocabulário Jurídico (Tesouro) do Supremo Tribunal Federal, a CDU, e a Classificação Decimal de Direito de Doris Carvalho (CDDir) (INSTITUTO DOS

5 Conforme anunciado em seu site
<http://www.loc.gov/catdir/cpsol/news_rda_implementation_date.html>.

ADVOGADOS BRASILEIROS, 2014). O Tesouro do Supremo Tribunal Federal (TSTF), específico para a área do Direito, é um instrumento de acesso livre, através de seu site⁶ e pode ser utilizado por outras bibliotecas que possuam acervo jurídico.

O TSTF é organizado em três grandes grupos de categorias: ramos do direito, especificadores e identificadores. Contém os seguintes elementos: descritor – termo escolhido para representar um conceito no tesouro; não-descritor (UP) – termo que, embora possa ser considerado sinônimo do descritor, não é autorizado para a representação do conceito; nota explicativa (NE) – define um termo ou orienta a sua utilização; termo genérico (TG) indica uma relação hierárquica entre os termos com relação gênero-espécie e que descritor representa um conceito mais abrangente; termo específico (TE) – indica os termos subordinados ao termo genérico na hierarquia; termo relacionado (TR) – indica relações entre termos não hierárquicas; e as categorias (CAT) (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2014). Na figura seguinte consta um exemplo de um termo do TSTF:

Figura 1 – Termo “ministério público” no TSTF

MINISTÉRIO PÚBLICO	
UP	PARQUET PARQUET COMUM
TE	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (MPU) MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL (MPE) MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
TR	AÇÃO CIVIL PÚBLICA AÇÃO PENAL PÚBLICA ACUSADOR DE EXCEÇÃO ASSISTENTE DA ACUSAÇÃO ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (AMP) AUTONOMIA ADMINISTRATIVA AUTONOMIA FUNCIONAL AUTONOMIA INSTITUCIONAL CONFLITO DE ATRIBUIÇÃO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP) DENÚNCIA DIREITO TRANSINDIVIDUAL DOMINIUS LITIS FILIAÇÃO PARTIDÁRIA FISCAL DA LEI INCONSTITUCIONALIDADE PROGRESSIVA INTERESSE COLETIVO INTIMAÇÃO PESSOAL LEI AINDA CONSTITUCIONAL OPINIO DELICTI PARECER PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DA AÇÃO PENAL PÚBLICA PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL PROMOTOR AD HOC PROMOTOR DE JUSTIÇA PROMOTOR SUBSTITUTO SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA TEMPO DE ATIVIDADE JURÍDICA TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)
CAT	INS INSTITUIÇÕES

Fonte: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (2014).

Conforme pode ser visualizado, nessa figura o termo “ministério público” é o descritor, “parquet” e “parquet comum” são sinônimos, mas considerados não-descritores.

6 <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarVocabularioJuridico.asp>>.

A Classificação Decimal Universal, também um instrumento de representação de assuntos e de atribuição de notações, foi desenvolvida com base na Classificação Decimal de Dewey por Paul Otlet e Henri La Fontaine com o objetivo de recuperar informações no repertório bibliográfico universal, seu maior empreendimento. “[...] com autorização do próprio Dewey, realizaram alterações e adições (uso de um enfoque facetado para possibilitar empreender análises de assunto altamente detalhadas) para criar o que foi a 1ª. edição da CDU [de 1905]” (ANJOS, 2008, p. 176).

Em resumo, a CDU conserva uma estrutura monohierárquica para os índices principais, mas tanto a importância atribuída aos índices secundários, quanto as facilidades de sínteses conduzem a uma construção mista, monohierárquica para o essencial, e analítico-sintética na utilização de facetas para as chamadas divisões analíticas e para as divisões comuns. A principal inovação reside na possibilidade de formar novos assuntos pela coordenação de vários índices, o que aproxima a CDU das linguagens combinatórias (ANJOS, 2008, p. 179).

Por conta de sua estrutura analítico-sintética a CDU é considerada mais adequada para bibliotecas especializadas, pois permite uma classificação mais detalhada.

Hoje, todas as edições e traduções do esquema são controladas pelo Universal Decimal Classification Consortium (UDCC) (<http://www.udcc.org/>). A versão eletrônica autorizada da classificação está sediada na base de dados em Haia (Holanda) e é conhecida como *Master Reference File* (MRF). Ela contém cerca de 65.000 classes, que são a base para a publicação de traduções pelos membros do Consórcio. Cada país tem o seu próprio comitê nacional da CDU que se reportam ao de Haia. No Brasil, em 1974, foi criado o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) e a Comissão Brasileira da CDU, vinculada ao IBBB. A partir de 1976 o IBBB passou a ser denominado IBICT [Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia]. Em 2007, o IBICT, no intuito de atualizar essa ferramenta que é a CDU, publica a segunda edição padrão internacional, em língua portuguesa (ANJOS, 2008, 182, grifos da autora).

Esta última edição é a que está em vigência no Brasil.

O último instrumento a ser abordado nesta seção é a CDDir. Também conhecida como “Classificação da Doris”, nome da bibliotecária que a elaborou, a CDDir é fruto da necessidade de detalhamento da classe 340 da CDD, referente ao Direito, diante da realidade brasileira, constatada por Doris Carvalho em 1948. Atualmente está em sua quarta edição revista e atualizada, publicada em 2002 (CARVALHO, 2002).

“Ao longo de mais de cinquenta anos, a Classificação Decimal de Direito proposta pela Dra. Doris teve larga aceitação” (CARVALHO, 2002, p. 4). A classe de direito é dividida em quatro subclasses principais: Direito público, Direito Privado,

Direito Canônico e Eclesiástico, e Direito Romano. Essas subclasses são divididas decimalmente em outras subclasses e assim por diante conforme a necessidade de representação dos assuntos. Às notações dos assuntos é possível ainda acrescentar números de formas específicas dos documentos e números correspondentes à divisão geográfica.

Após a explanação apresentada nesta seção, que forma a base conceitual para a análise da seção 5, a seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos que norteiam este estudo.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de cunho qualitativo e pode ser classificada como exploratória por objetivar maior familiaridade com o problema proposto, e descritiva, pois objetiva descrever as características dos produtos de RI da biblioteca selecionada (GIL, 2002).

Para o embasamento teórico e para cumprir o primeiro objetivo específico (identificar padrões de RI internacionalmente aceitos, a partir do século XIX até o século XXI) utilizou-se do levantamento bibliográfico, cujos resultados compõem as seções anteriores, e, para a análise da biblioteca optou-se pelo método do estudo de caso.

4.1 ESTUDO DE CASO

Yin (2010) traz uma definição técnica de estudos de caso composta de duas partes:

1. É uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real.
2. A investigação do estudo de caso enfrenta a situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular, e como outro resultado se beneficia do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e a análise de dados.

Essencialmente, a definição dupla apresentada anteriormente mostra como a pesquisa de estudo de caso compreende um método abrangente – cobrindo a lógica do projeto, as técnicas de coleta de dados e as abordagens específicas à análise de dados. Nesse sentido, o estudo de caso não é apenas limitado a uma tática de coleta de dados isolada [...] (YIN, 2010, p. 40).

Devido aos diversos caminhos que esta pesquisa possibilitaria seguir, foi necessário estabelecer um recorte inicial e deixar os demais caminhos para estudos futuros. Sendo assim, optou-se pelo estudo de caso único e para a escolha desse caso decidiu-se realizar um levantamento das bibliotecas existentes no município do Rio de Janeiro, não por meio da literatura, pois algumas bibliotecas poderiam não mais existir e impossibilitar a pesquisa. Mas, pesquisou-se inicialmente a existência

de um cadastro geral nos seguintes sites institucionais⁷: Conselho Federal de Biblioteconomia; Conselho Regional de Biblioteconomia 7ª Região; Sindicato dos Bibliotecários no Estado do Rio de Janeiro; Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro; Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro; Bibliotecas Escolares Municipais do Rio de Janeiro; e a FBN. Dentre esses a fonte mais completa encontrada foi o Cadastro Nacional de Bibliotecas da FBN.

O Cadastro Nacional de Bibliotecas mantido pela FBN apresentou-se como um meio que, apesar das limitações oferecidas⁸, forneceu uma lista mais completa e classificada por tipo de biblioteca. Para a busca, realizada em 23 de setembro de 2013, restringiu-se o campo “UF” para “RJ” e o campo “cidade” para “Rio de Janeiro”, foram recuperados 120 registros, dentre estes haviam bibliotecas dos tipos: pública municipal, pública estadual, universitária, especializada, comunitária, comunitária rural, escolar, ponto e sala de leitura (Anexo A). Foram selecionadas para a pesquisa, por conta de possuírem uma estrutura maior, as bibliotecas dos tipos: pública municipal, pública estadual, universitária e especializada, conforme a tabela seguinte.

Tabela 1 – Bibliotecas do Rio de Janeiro selecionas para pesquisa

TIPO DE BIBLIOTECA	QUANTIDADE
Pública municipal ⁹	11
Pública estadual	2
Universitária	5
Especializada	11
Total	29

Fonte: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (2013).

Após este primeiro levantamento, através dos contatos disponíveis no Cadastro ou dos respectivos sites, investigou-se a data de criação dessas bibliotecas, afim de que se pudesse encontrar as bibliotecas criadas no século XIX

7 Cujas referências completas encontram-se disponíveis ao final do trabalho.

8 Uma delas é o fato de que cada biblioteca é responsável por realizar seu próprio cadastro, assim, por exemplo, apesar de existir a categoria “sala de leitura”, bibliotecas denominadas dessa forma se consideram e se classificam como “biblioteca escolar”. As Bibliotecas Escolares Municipais são outro exemplo, algumas se classificam como “escolares” e outras como “pública municipal”.

9 Exceto as denominadas “escolares”.

que ainda estivessem em funcionamento nos dias de hoje. Dessas duas etapas foram recuperadas duas bibliotecas: a Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), criada em 1895; e a Biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), com a data provável de 1880. Por conta da falta de certeza com relação à data de criação desta última, a Biblioteca do IAB foi a selecionada para compor o estudo de caso.

Para a coleta de dados do estudo de caso foram adotadas as técnicas de pesquisa documental e entrevista estruturada. Também foram realizadas quatro visitas à Biblioteca, a primeira para verificar a possibilidade da pesquisa e para conhecer o ambiente; na segunda e na última foi realizada a pesquisa documental; e na terceira a entrevista.

4.1.1 A pesquisa documental

A pesquisa documental foi empregada na observação dos produtos de RI da Biblioteca do IAB, da ata de criação da Biblioteca e de outros documentos disponíveis.

Os produtos de RI analisados foram os catálogos disponíveis da Biblioteca: um impresso, de 1943; um manual em fichas, provavelmente da década de 1970; um em *Access*¹⁰, do início dos anos 2000; e o gerenciado pelo software *Bibliivre*¹¹, implantado em 2013. Ressalta-se que o acesso a todos os catálogos é somente realizado pelos funcionários da Biblioteca, não sendo abertos ao público, o que limitou de certa forma a realização da pesquisa, e também foi necessária sua autorização mediante a assinatura de um termo (Anexo B).

Para a análise foram escolhidos os registros bibliográficos do assunto “Direito Canônico”, pois esse assunto consta em todos os catálogos da Biblioteca, além de que se mostrou um universo de amostra passível de ser observado. Foram selecionados de forma aleatória: 10 registros no catálogo impresso; 4 no catálogo em fichas; 5 no *Access*¹²; e o único do *Bibliivre*. Analisou-se esses 20 registros,

10 O *Access* é uma ferramenta de criação e gerenciamento de banco de dados que compõe o pacote Microsoft Office.

11 O *Bibliivre* é um software gratuito para catalogação e difusão de acervos de bibliotecas.

12 No *Access* não há campo para assuntos, por isso a busca foi efetuada através do recurso localizar e substituir palavras do programa em qualquer campo da descrição, onde foram utilizadas as iniciais “ecl” (de eclesiologia, que recuperou 3 registros) e “canô” (de canônico, que recuperou 5 registros).

porém, serão apresentados, na subseção 5.3, apenas alguns deles para exemplificação.

4.1.2 A entrevista

Yin (2010, p. 133) considera a entrevista “uma das fontes mais importantes de informação para o estudo de caso”.

A entrevista foi do tipo estruturada, que segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 180) “é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido”.

O uso da entrevista neste estudo foi necessária ao se constatar que apenas os documentos existentes na Biblioteca do IAB, sobre a própria Biblioteca, não seriam suficientes para cumprir os objetivos deste trabalho. Buscou-se então obter informações sobre a criação da Biblioteca, sobre funcionários que atuaram na formação da Biblioteca e, principalmente, sobre seus catálogos.

Os entrevistados foram a bibliotecária do IAB e o estagiário que assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo C), exigido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIRIO (anexo D), assim como o roteiro da entrevista (Apêndice A).

A entrevista seguiu este roteiro de onze questões, todas estabelecidas com base nas duas visitas técnicas que a antecederam, pois com as visitas foi possível observar a inexistência de documentos que versassem sobre a formação dos catálogos ou sobre os profissionais que atuaram na formação da Biblioteca. Sua duração foi de aproximadamente uma hora. Seus resultados foram utilizados principalmente na construção da primeira subseção da seção 5, na qual são apresentadas a contextualização e um pouco da história da própria Biblioteca e a análise da RI contida nos catálogos da instituição.

5 CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DA BIBLIOTECA DO IAB

Nesta seção serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa. A primeira subseção contextualiza a Biblioteca do Instituto, e na seguinte faz-se breves apontamentos sobre a representação do assunto “Direito Canônico”, selecionado para a análise nos instrumentos utilizados pela Biblioteca, e, finalmente, em 5.3 são analisados seus produtos de RI.

5.1 CONSTRUINDO A HISTÓRIA

Almeida ([20--?]) relata que o IAB foi criado num contexto em que o Brasil precisava se organizar como um Estado soberano e afirmar valores de nacionalidade decorrentes de sua recente independência.

Os advogados de então atuavam tanto nas questões ainda hoje imprescindíveis, quanto na política e ainda, na difícil tarefa de redação de todas as leis que substituiriam gradativamente a legislação portuguesa, à época, ainda em vigor. Os primeiros cursos de Direito foram criados em 1827; assim, desde o final de 1831 já existiam advogados formados em território nacional (ALMEIDA, [20--?]).

No período imperial, o IAB era um órgão governamental consultado pelo imperador e pelos Tribunais para auxiliar, com seus pareceres, as decisões judiciais, e colaborava na elaboração de leis que governariam o país, por meio de seus associados (ALMEIDA, [20--?]).

De acordo com a autora supracitada, atualmente o IAB tem atuado junto aos Poderes da República, especialmente no Legislativo, contribuindo com pareceres sobre os projetos de lei e nas diferentes comissões legislativas, assim como na esfera do ensino do Direito.

Sobre a criação de sua Biblioteca, cabe uma pequena contextualização:

Criado em 1843, o [então denominado] Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros foi presidido por muitos dos mais importantes juristas em atividade na Corte [...]. Mais tarde, a partir de uma doação citada no *Jornal do Commercio*, houve referência à biblioteca da Ordem, que deveria ser suprida, ao longo de sua existência, com obras de importante saber jurídico. Devia ser, naturalmente, um local de consultas freqüentes pelos membros da instituição, para aprofundamento dos seus estudos (FERREIRA, 2001, p. 9).

A ata de criação da Biblioteca, (anexo E), possui a seguinte redação¹³, seguida por quarenta e quatro assinaturas:

Aos 7 dias do mez de Setembro de 1895, no predio nº 43 da rua da Constituição, onde se achava reunido o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros em sessão solemne commemorativa do 52º aniversario de sua fundação, em presença das pessoas abaixo assynadas, pelo Exmo ? Dr. Augusto Alvares de Azevêdo 1º Vice Prezidente em exercicio foi convidado o Exmo ? Conselheiro Olegario Herculano de ? Castro, Prezidente do Supremo Tribunal Federal para, abrindo a porta principal Bibliotheca, de? esta devidamente inaugurada. Aceita a ? foi praticada aquella solemnidade. E para constar foi lavrado este auto que vae assynado pela Directoria e membros do Instituto e mais pessoas presentes ao acto. Eu, Manoel Alvaro de Souza Sa Vianna, 1º secretario do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros fiz este auto e assiyno (INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, 1895).

A Biblioteca é considerada uma das mais importantes no país na área do conhecimento jurídico e tem por objetivo atender aos consócios e ao público em geral (INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, 2014a).

A¹⁴ atual bibliotecária atua há aproximadamente vinte anos na Biblioteca do IAB, sendo a segunda oficialmente formada, em curso de graduação superior, contratada pelo Instituto para trabalhar na Biblioteca. Antes dela havia uma outra bibliotecária, e anterior a essa havia um senhor, “Castorino”, quem de fato organizou a Biblioteca, porém este não possuía formação de bibliotecário. Sabe-se que ele chegou a cursar o curso de Biblioteconomia existente então na FBN mas não o finalizou.

“Castorino”, que ingressou na Biblioteca em 1974, utilizou uma técnica de organização que consistia em localizar os livros conforme o número da estante e da prateleira em que este era alocado. Somente este número era utilizado. Era um esquema de localização fixa com divisão de assuntos conforme a localização das obras, que, entretanto, não acompanhou o crescimento das áreas do conhecimento. A estante 81, por exemplo, alocava os livros de Direito Canônico.

A bibliotecária comenta na entrevista que o objetivo na época era organizar uma biblioteca com uma quantidade de livros e assim foi feito por “Castorino” utilizando instrumentos dos quais ele possuía conhecimento.

Quanto à recuperação da informação foram abordados na entrevista os catálogos da Biblioteca. Sobre um possível primeiro catálogo ou inventário do acervo que datasse de sua fundação, a bibliotecária acredita que não houve essa

13 Conforme o texto que foi possível compreender. As partes marcadas com interrogação (?) são aquelas que não se pode compreender o que estava manuscrito.

14 As informações que seguem nesta seção são dados da entrevista.

preocupação na época. Há um catálogo em formato de livro, que não foi possível identificar se ele era efetivamente um catálogo usual ou somente um catálogo comemorativo. Portanto, o primeiro instrumento efetivo seria um catálogo em fichas, manual. Após este, numa primeira tentativa de automação da Biblioteca, foi desenvolvido um Sistema em Access para a representação e recuperação das obras, alimentado com uma conversão retrospectiva do catálogo manual e a inclusão de obras novas, além do preenchimento de novos campos de representação que não haviam nas fichas. E atualmente, por iniciativa do estagiário, está sendo implantado o software Biblivre. Com o uso deste último, o acervo está sendo reclassificado e recatalogado.

A bibliotecária aponta como maior dificuldade em relação à manutenção do catálogo, a falta de compreensão da profissão bibliotecário por parte dos juristas em geral, ao não perceberem que para a execução do trabalho diário e para a manutenção de instrumentos como catálogos são necessários recursos, funcionários, tempo, equipamentos etc.

Uma questão importante a ser mencionada é uma mudança de paradigma no uso da Biblioteca: antes ela era usada como um depósito de obras para pesquisa, atualmente ela tem sido vista como depositária da memória do Instituto.

5.2 DIREITO CANÔNICO

Antes de iniciar a próxima seção, será útil e necessário, em breves linhas, definir o que é o Direito Canônico, pois este foi o assunto escolhido para a observação dos registros bibliográficos dos catálogos, e mostrar como ele se estrutura nos instrumentos de representação de assuntos utilizados pela Biblioteca. Sua escolha foi devido à facilidade de acesso, porém cabe fazer algumas breves explicações.

Segundo Lima (2004, p. 19) este é um ramo do Direito que pode ser definido como “complexo das leis estabelecidas e aprovadas pela Igreja para o governo da sociedade eclesial e a disciplina das relações dos fiéis entre si e com seus pastores”.

Como poderá ser observado na seção seguinte, apenas o registro bibliográfico do Biblivre representa os assuntos das obras catalogadas, sendo assim,

serão demonstrados a seguir apenas como os instrumentos de representação utilizados atualmente pela Biblioteca tratam o assunto.

Quanto ao Tesouro do Supremo Tribunal Federal não se recuperou nada relacionado a Direito Canônico ou Eclesiástico.

Na CDDir, também utilizada pela Biblioteca do IAB, a classe 343, correspondente ao assunto direito canônico e eclesiástico, e está estruturada da seguinte forma:

Figura 2 – Estrutura da classe 343 da CDDir

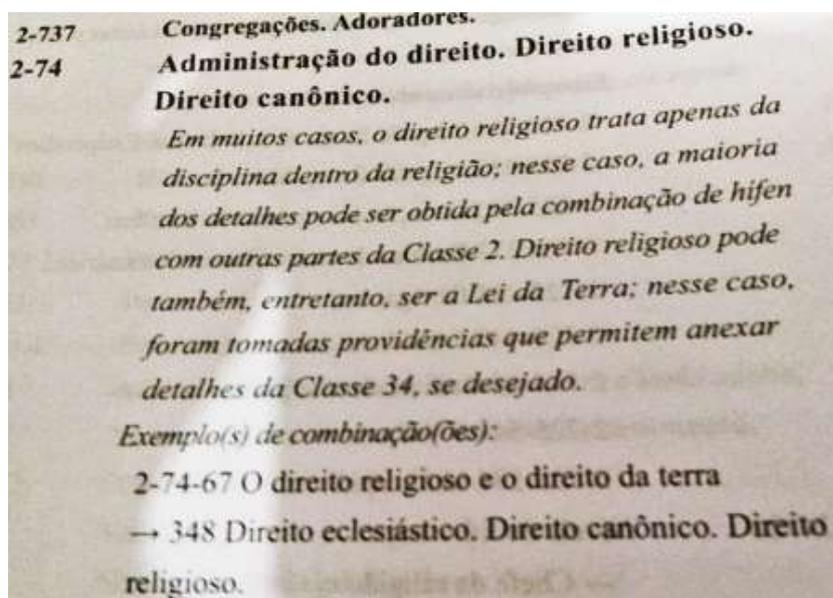
343	DIREITO CANÔNICO E ECLESIAÍSTICO
343.3	Direito das coisas. Direitos reais
343.33	Direito de patronato
343.35	Direito funerário
343.4	Direito Sacramental
343.5	Direito penal canônico
343.6	Direito processual canônico
343.8	Direito Eclesiástico das Igrejas Cristãs não católicas
343.9	Direito Eclesiástico de Igrejas não-cristãs

Fonte: Carvalho (2002).

Cabe destacar que as subclasses da figura acima ainda possuem outras subdivisões de assuntos.

Na CDU este assunto aparece como subdivisão auxiliar especial para a classe 2, referente a Religião e Teologia. A tabela traz uma nota explicativa que diferencia a classificação do assunto dentro de Direito em geral e dentro de Religião:

Figura 3 – Nota explicativa para o uso do auxiliar especial referente a Direito Canônico na CDU



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (2007).

Dadas as explicações pertinentes, a próxima seção analisará os produtos de RI da Biblioteca do Instituto.

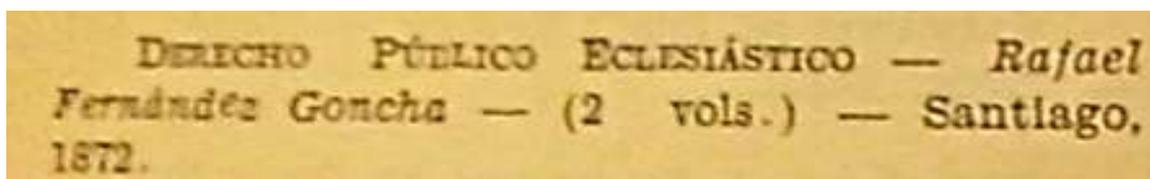
5.3 ANALISANDO OS PRODUTOS DE RI DA BIBLIOTECA DO IAB

O primeiro catálogo recuperado pela pesquisa documental na Biblioteca é um impresso, datado de 7 de agosto de 1943, ano do primeiro centenário do IAB, que então ainda se chamava Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Possivelmente, este foi apenas uma edição comemorativa para a divulgação do acervo, pois não foram encontradas outras edições similares, anteriores ou posteriores.

Através do discurso de posse do presidente do Instituto Edmundo Miranda Jordão – mandato de 1942-1944 – (DISCURSO do presidente..., 1943) é possível delinear o contexto social da época em que foi publicado este primeiro catálogo: Segunda Guerra Mundial; Getúlio Vargas era presidente do Brasil; havia uma forte influência da ideologia de democracia dos Estados Unidos, e grande influência norte-americana; e permeava um discurso de busca pela paz mundial. Portanto, presumiu-se que a descrição possivelmente guardaria alguns traços com as diretrizes dadas pelos instrumentos de RI norte-americanos da época, hipótese que, entretanto, não se constatou como verdadeira.

Os elementos de descrição presentes, em geral, são: título (em caixa alta e na língua do documento), autor, volumes, local e ano, separados por travessão. Seguem o seguinte padrão de apresentação:

Figura 4 – Padrão de apresentação do registro no Catálogo de 1943



Fonte: INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS (1943).

Ao final, o catálogo possui um índice que arrola os assuntos que possui, conforme a figura seguinte:

Figura 5 – Índice de assuntos do Catálogo de 1943

ÍNDICE DO CATÁLOGO DA BIBLIOTECA		PÁGS.
Filosofia — Filosofia do Direito — Introdução à Ciência do Direito —		6
Direito Natural		7
Direito Romano		8
Direito Canônico		9
Direito Internacional		12
Direito Diplomático e Consular		13
Direito Público		14
Direito Político		16
Direito Constitucional		20
Direito Administrativo		22
Direito Fiscal		23
Direito Penal — Ciências Penais — Questões de Polícia		29
Direito Judiciário		30
Direito Processual		33
Direito Social — Questões Operárias — Acidentes do Trabalho		34
Direito Civil		38
Direito Comercial, Industrial e Marítimo		41
Hipoteca — Notário e Registros Públicos		43
Palência		44
Direito Militar		45
Economia Política e Social — Finanças		47
Leis e Códigos		59
Jurisprudência		60
Advocacia — Trabalhos Forenses		65
Oratória — Discursos e Conferências		67
Teses e Dissertações — Pareceres		69
Mensagens e Relatórios		71
Anuários — Revistas — Anais — Catálogos		75
Repertórios — Dicionários — Enciclopédias		77
História — Geografia — Biografia		81
Medicina — Psicologia — Sociologia		84
Questões de Ensino		85
Publicações do Instituto		86
Direito em Geral — Assuntos Gerais		89 a
Índice Alfabético dos Autores		168

Fonte: INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS (1943).

É possível observar que a biblioteca possuía não apenas obras sobre Direito, mas também sobre outras disciplinas, como história e medicina, por exemplo. Observa-se ainda que documentos não-livro (teses, dissertações e relatórios) também eram representados neste catálogo, assim como documentos produzidos pelo próprio Instituto, em classes próprias para eles.

Esse catálogo conta ainda, antes do índice de assuntos, como consta na figura anterior, com um índice alfabético dos autores com entrada pelo sobrenome em caixa alta, seguido por espaço, travessão, espaço, o restante do nome completo ou abreviado entre parênteses em caixa alta, seguido pelo título da obra, quantidade de volumes entre parênteses, se houver, cidade, vírgula ano todos separados por espaço, travessão, espaço.

Posterior a este foi elaborado o catálogo de fichas datilografadas, não foi possível descobrir ao certo a data de sua criação, mas sabe-se que é provavelmente da década de 1970, quando “Castorino” iniciou seus trabalhos na Biblioteca, segundo dados da entrevista.

Os elementos de descrição presente nas fichas são: para livros: autor (com entrada pelo sobrenome provavelmente, seguido de nome completo entre parênteses), obra (título, desprezando-se os artigos iniciais), volumes, edição (ano), procedência (cidade), estante (localização) e número (de registro). Existem também registros de artigos¹⁵ muito similar às “analíticas in” do CCAA segunda edição revista com os seguintes elementos: parte do título como entrada (em caixa alta), título seguido de reticências substituindo a parte do título utilizada como entrada (que traz à lembrança o índice rotado KWOC – *Keyword Out of Context*, porém este é relativo à indexação automática), e indicação do periódico (nome abreviado, ano do periódico, número ou volume/ano e indicação de página). Uma das fichas analisadas traz inclusive o termo “in”.

15 Na entrevista foi dito que a Biblioteca catalogava também artigos.

Figura 6 – Exemplo de ficha manual de livro do catálogo

Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros

Autor TAVARES (JOAQUIM VILELLA DE CASTRO)

Obra INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO ECCLE-
SIÁSTICO

Volumes 1 Edição 1856/67

Procedência RECIFE

Estante 81 - 2 N.º 10.864

Fonte: Catálogo Manual de fichas da Biblioteca.

Figura 7 – Exemplo de ficha manual de artigo do catálogo

DIREITO CANÔNICO

O Novo Código de ... em sua perspectiva
histórica., de Mário Curtis Giordani

in Rev. Forense vol. 284/84 - pág. 33

Fonte: Catálogo Manual de fichas da Biblioteca.

O Banco de Dados do acervo da Biblioteca em Access, desenvolvido por volta dos anos 2000, substituiu o catálogo em fichas, houve um trabalho de conversão dos registros em fichas para o Access. Constitui-se portanto em uma

primeira tentativa de automação do catálogo da Biblioteca. O Access conta com campos para: registro, autor, título, classificação, procedência, editora, ano, data, idioma e observação. Sendo a entrada de autor na forma indireta do nome (sobrenome, nome), a classificação indica apenas a localização do item, por exemplo, o número da estante e da prateleira, ou se um DVD (que está armazenado em local específico e separado dos livros) indica-se apenas “DVD”. A “procedência” é o local de edição da obra. No campo observação pode-se indicar a quantidade de volumes ou o nome de uma série, por exemplo. A seguir está a imagem de um registro:

Figura 8 – Registro em Access

Biblioteca do IAB

LIVRO TOMBO

REGISTRO: 20962

AUTOR: GARCIA, GILBERTO

TÍTULO: RISCOS PENAIS E CÍVEIS PARA PASTORES E IGREJAS: IMPLICAÇÕES TRIBUTÁRIAS DAS IGREJAS

CLASSIFICAÇÃO: DVD PROCEDÊNCIA: RIO DE JANEIRO EDITORA: CPAD, CGADB ANO:

DATA: 7/08/2012 IDIOMA: PORTUGUÊS

OBSERVAÇÃO: SÉRIE ADMINISTRAÇÃO ECLESIÁSTICA

LOCALIZAR FECHAR

Registro: 20938 de 21220

Fonte: Banco de Dados da Biblioteca (2014).

Pode-se observar ainda que não é utilizada nenhuma pontuação além de vírgulas para separar o sobrenome do nome do autor, ou editoras, e dois pontos para títulos e subtítulos.

Em 2013 a Biblioteca iniciou a implantação do software Biblivre para gerenciar o acervo, o qual utiliza o formato MARC 21, proporcionando, dessa forma, interoperabilidade. Não foi possível, entretanto, uma conversão do Access para o Biblivre, gerando a necessidade de uma nova catalogação de todo o acervo, que ainda não está finalizada. Essa mudança coincidiu com uma recente reforma na

Biblioteca, que passou a funcionar em nova sala, sendo o acervo agora localizado em um local à parte e o acesso às estantes restrito¹⁶.

Com a utilização deste novo software foi possível também a adoção de novos instrumentos de Catalogação. Para o preenchimento dos campos afirma-se seguir as orientações do CCAA segunda edição revista; realizar consultas ao dicionário jurídico de Maria Helena Diniz e à Rede de Informação Legislativa e Jurídica (LEXML); utilizar o TSTF, o padrão MARC 21, e faz-se uso da Tabela Cutter, da CDU e da CDDir para a classificação (INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, 2014b).

Segundo o projeto de manual da Biblioteca (INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, 2014b) devem ser preenchidos os campos do Biblivre: autor, responsabilidade do autor, título uniforme (quando necessário), ISBN/ISSN, número de chamada – localização, descrição física, título, edição, local da editora, editora, ano de publicação, série, notas, assunto, responsabilidade secundária e CDU; seguindo determinados padrões estabelecidos. No registro observado consta os campos: autor (ordem inversa do nome), título (com barra de responsabilidade, mas sem a responsabilidade indicada), imprensa (local, editora e ano), descrição física (número de páginas), notas de bibliografia, notas de conteúdo, assunto tópico, ISBN, Localização e CDU; além de dados do exemplar: tombo patrimonial, estado (emprestado ou não), disponibilidade e localização.

A seguir tem-se um exemplo de um registro, o único recuperado pelo assunto “direito canônico”, apenas na interface OPAC, não foi possível acessá-lo em formato MARC 21.

16 Dados obtidos na entrevista.

Figura 9 – Registro no Biblivre

Manual prático de direito eclesiástico /

Autor: Piccinini, Tais Amorim de Andrade.
Título: Manual prático de direito eclesiástico /
Imprensa: São Paulo : Saraiva, 2013.
Descrição física: 258 p.
Notas de bibliografia: Inclui notas explicativas, bibliográficas e bibliografia.
Notas de conteúdo: A igreja diante da lei: natureza jurídica x lei civil. Liberdade religiosa: direito constitucional x igreja x indivíduo -- Estruturando a igreja: aula prática de procedimentos de estabelecimento, abertura e organização jurídica de uma igreja. Modelo de estatuto -- Remuneração pastoral -- Contribuição previdenciária e aposentadoria do pastor -- A igreja e a prática comercial -- Direito autoral -- Responsabilidade civil da igreja e do pastor -- Responsabilidade penal.
Assunto tópico: Direito canônico, - Brasil.
 Igreja, - aspectos jurídicos, - Brasil.
 Patrimônio da igreja, - aspectos jurídicos, - Brasil.
 Igreja, - impostos, - Brasil.
ISBN: 9788502187863
Localização: 343 Direito Canônico e Eclesiástico
CDU: 348

Arquivos

Para remover um arquivo, use a aba MARC e remova o campo 856

Descrição do novo arquivo

Exemplares

Tombo Patrimonial: 21382
Estado: Não emprestado
Disponibilidade: Disponível
Localização: 343.8702 P581m 2013

Fonte: Recuperado no sistema da Biblioteca, Biblivre (2014).

Uma observação interessante a ser feita é que a Biblioteca optou por utilizar a classe de Direito da CDU para classificar a obra e não em religião como se destacou na seção anterior deste trabalho. Isso permite, se todas as demais obras forem catalogadas sob este mesmo ponto de vista (como relacionadas principalmente ao assunto Direito) uma maior reunião das obras pelo assunto de interesse dos usuários dessa Biblioteca, o Direito, sendo os usuários, principalmente, advogados.

Afim de sumarizar os dados levantados foi elaborado um quadro comparativo, contendo na primeira coluna o elemento descritivo a ser analisado, e os apontamentos são feitos nas colunas subsequentes, sendo “livro” o catálogo impresso de 1943, a “ficha”, que está dividida em livro e artigo considerando o tipo

documental, o catálogo manual de fichas, “Access” o catálogo da base de dados em Access, e “Biblivre” o catálogo gerenciado pelo Biblivre.

Quadro 1 – Representação da Informação nos catálogos da Biblioteca do IAB

ELEMENTO DE REPRESENTAÇÃO	FORMA DE APRESENTAÇÃO POR CATÁLOGO				
	Livro	Ficha		Access	Biblivre
		Livro	Artigo		
Entrada	Pelo título; com índice “remissivo” de autor	Possui o autor como primeiro elemento	Parte do título	Não aplicável	Não aplicável
Título principal	Em caixa alta e na língua do documento, não ignorando o artigo inicial	Em caixa alta com supressão do artigo inicial	Parte do título seguido por reticências substituindo a entrada	Em caixa alta	Seguido por barra
Subtítulo / outras informações sobre o título	-	-	-	No mesmo campo do título (em caixa alta) separado por dois pontos	O registro analisado não possui
Responsabilidade	Indica apenas uma por obra, em ordem direta, abreviado ou não, apenas as iniciais em caixa alta	Apenas uma por obra nos registros observados, na ordem indireta e nome completo entre parênteses, de forma abreviada ou não, em caixa alta	Seguindo o título em ordem direta, apenas com iniciais em caixa alta	Apenas uma por obra nos registros observados, em ordem inversa (em caixa alta)	No campo autor, ordem inversa, apenas iniciais em caixa alta
Edição	-	-	Possui os dados do periódico: Título da revista abreviado, volume ou ano e número, e página inicial	-	O registro analisado não possui
Lugar de publicação	Cidade	Cidade (em caixa alta)		Cidade (em caixa alta)	Cidade seguida de dois pontos (:)
Editor	-	-		Editora(s) (em caixa alta)	Editora seguida de vírgula (,)
Data de publicação	Ano	Ano		Ano	Ano seguido de ponto (.)

(continua)

(conclusão)

ELEMENTO DE REPRESENTAÇÃO	FORMA DE APRESENTAÇÃO POR CATÁLOGO				
	Livro	Ficha		Access	Biblivire
		Livro	Artigo		
Notas	-	-	-	-	De bibliografia e de conteúdo
Descrição física	Somente a quantidade de volumes entre parênteses, quando mais de 1	Quantidade de volumes, inclusive quando 1	Possui os dados do periódico: Título da revista abreviado, volume ou ano e número, e página inicial	Número de volumes no campo observações (em caixa alta)	Número de páginas seguido por "p."
Indicação de série	-	-		No campo observações (em caixa alta)	O registro analisado não possui
Número normalizado	-	-	-	-	ISBN
Assunto	O catálogo em si apresenta as obras conforme os assuntos	-	Assinalado com o destaque do título dado para entrada	-	Assuntos tópicos
Dados de Localização	-	Estante e prateleira	-	Estante e prateleira, ou DVD (localização especial)	CDDir, número de Cutter e ano
Classificação	-		-	-	CDU
Dados de controle de exemplares	-	Número de registro	-	Data de registro	Tombo, estado do exemplar, disponibilidade e localização
Outros	-	-	-	Campo para idioma	-

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

A partir deste quadro, pode-se perceber que apenas o último catálogo analisado segue instruções de padrões internacionalmente aceitos/acordados/ mais utilizados para RI. Os outros parecem que foram elaborados de acordo com os recursos disponíveis na Biblioteca, apesar de já existirem padrões de RI

mundialmente acordados, e, inclusive, amplamente utilizados no Brasil, como a ISBD, por exemplo, no concernente à pontuação padronizada.

Entre os catálogos manual em fichas e o automatizado em *Access* não houve grandes modificações em relação a possíveis acréscimos de campos de descrição, basicamente repetem-se os mesmos elementos.

Não há totalmente a qualidade de uniformidade, citada no início deste trabalho por Mey e Silveira (2009) como necessária aos catálogos, nos registros bibliográficos dos artigos em fichas e no *Access*, evidenciado pelo uso de diferentes formas do campo destinado a “observações”. Já o manual em livro e o do *Biblivre* cumprem este requisito de qualidade.

O tratamento de assuntos se demonstrou carente, ou quase nulo, nos catálogos em *Access* e em fichas. Entretanto, nos outros dois catálogos este é um ponto forte.

Quanto aos dados de localização apenas o catálogo impresso (em livro) deixa a desejar, assim como no quesito de dados de exemplares, também por isso a constatação de que, possivelmente, este era apenas uma edição comemorativa para divulgação, e não necessariamente para a recuperação de registros do conhecimento.

Na entrevista questionou-se sobre perspectivas futuras quanto ao catálogo, e têm-se a de aquisição de um software com a manutenção de sua assistência técnica, para prover um melhor gerenciamento do acervo.

Cabe destacar que a mudança do catálogo em *Access* para o *Biblivre* foi uma iniciativa do estagiário, incentivado pela bibliotecária. Isso demonstra a importância da troca entre o profissional e o estudante.

Observa-se também que houve vários empecilhos para a adoção de um catálogo mais condizente com a realidade institucional, por exemplo, o uso de MARC e de um sistema desenvolvido especificamente para fins biblioteconômicos. Os fatores envolvem desde questões econômicas até questões políticas, que podem ser melhor abordadas em pesquisas futuras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do proposto, observa-se que a Biblioteca do IAB teve três momentos expressivos em sua trajetória com relação à Catalogação: o primeiro de organização de fato do acervo, através da elaboração do catálogo em livro (apesar de ser questionável se era apenas uma edição comemorativa), posteriormente em fichas e da sistematização da disposição nas estantes. Um segundo momento de automação, mantendo-se, entretanto, basicamente os mesmos elementos de representação bibliográfica. E um último de busca por interoperabilidade, com a adoção explícita de padrões internacionalmente utilizados.

É comum observarmos no Brasil diferentes realidades, algumas bibliotecas ainda utilizam catálogos manuais, outras estão em fase de automação e outras estão com catálogos modernos, não deixando nada a desejar em relação às bibliotecas de primeiro mundo.

Sabe-se que muitos dos instrumentos utilizados na Catalogação atualmente, em especial na Representação Descritiva, foram e são aqueles desenvolvidos principalmente na Europa e nos Estados Unidos, muitas vezes como resultados de discussões prévias em eventos da área. Questiona-se a partir disso a relativa demora na adoção de processos e instrumentos no Brasil. Talvez isso tenha relação com a baixa representatividade de catalogadores brasileiros em eventos realizados em outros países, com a baixa incidência de pesquisas na área, ou estaria relacionado à falta de recursos para a adoção desses instrumentos.

Diversas questões resultam desta pesquisa: por que ainda temos no Brasil bibliotecas sem catálogos OPAC? Seria decorrente de pouca divulgação científica entre os pares? A adoção de instrumentos ficaria a cargo do interesse individual do profissional que gere esse acervo ou faltam políticas institucionais? Seria, por fim, porque são poucos profissionais realizando várias tarefas ao mesmo tempo, o que caberia a uma equipe? A nível desta Biblioteca analisada, seus catálogos atenderam e atendem às necessidades de seus usuários? Pensa-se que são questões válidas para reflexão e para posteriores investigações.

Considera-se por fim, no que tange ao objetivo desta pesquisa, que embora a realidade da Catalogação desta Biblioteca analisada possa ser compartilhada por outras, não é possível generalizar os resultados desta às realidades de todas as bibliotecas criadas no Rio de Janeiro no século XIX, pois cada uma possui seus

próprios contextos e tempo de desenvolvimento, e ainda conforme às demandas de seus usuários. Para uma análise mais representativa da realidade do Rio de Janeiro, ou mesmo numa escala maior, a do Brasil, têm-se como possibilidade de pesquisa futura um estudo de caso comparativo e mais aprofundado entre diferentes bibliotecas, o que possibilitaria traçar um histórico geral das práticas de Catalogação no Rio de Janeiro, ou no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. de S. e. **Em breves linhas**: História do IAB]. [S.l.: s.n.], [20--?]. Disponível em: <http://www.iabnacional.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=2>. Acesso em: 24 jun. 2014.

ANJOS, L. **Sistemas de classificação do conhecimento na filosofia e na biblioteconomia**: uma visão histórico-conceitual crítica com enfoque nos conceitos de classe, categoria e faceta. 2008. 290 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-10112010-114437/pt-br.php>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

BASTOS, Z. P. da S. de M. Melvil Dewey: sua vida, sua obra. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, 1976. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT; Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, 1979. v. 1. p. 168-189.

BESSONE, T. M. **Palácios de destinos cruzados**: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

BETTENCOURT, A. M. **A representação da informação na Biblioteca Nacional do Brasil**: do documento tradicional ao digital. 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2011.

BIBLIOTECAS ESCOLARES MUNICIPAIS: Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bemrj.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 16 set. 2013.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/809>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

CARVALHO, D. de Q. **Classificação Decimal de Direito**. 4. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/classificacao-decimal-de-direito/classif-decimal.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed., rev. 2002. Preparado sob a direção do Joint Steering Committee for Revision of AACR. Tradução para a língua portuguesa sob a responsabilidade da Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. São Paulo: FEBAB; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Sistema CFB / CRB: Conselho Federal de Biblioteconomia; Conselhos Regionais de Biblioteconomia. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/index.php>>. Acesso em: 16 set. 2013.

CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA 7ª REGIÃO. Sistema CFB / CRB: Conselho Federal de Biblioteconomia; Conselhos Regionais de Biblioteconomia. Disponível em: <http://www.crb7.org.br/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1>. Acesso em: 16 set. 2013.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Brique de Lemos/Livros, 2008.

DISCURSO do presidente Miranda Jordão. **Boletim do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros**, n. 1, p. 18-19, jan.-jun. 1943. Disponível em: <<http://www.iabnacional.org.br/IMG/pdf/doc-9288.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2014.

FERREIRA, T. M. T. B. da C. As bibliotecas públicas cariocas no século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande, MS. **Anais...** [Campo Grande, MS]: INTERCOM, 2001.

FIUZZA, M. M. Funções e desenvolvimento do catálogo: uma visão retrospectiva. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 139-158, set. 1980. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002889&dd1=4d646>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

_____. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 43-53, mar. 1987. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002020&dd1=ebfce>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

FONSECA, E. N. da. **A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro; Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1979.

_____. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Brique de Lemos/Livros, 2007.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C. As diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre indexação e catalogação de assuntos. In: FUJITA, M. S. L. (Org.). **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. cap. 1. Disponível em: <http://www.esalq.usp.br/biblioteca/PDF/a_indexacao_de_livros_a_percepcao_de_catalogadores_e_usuarios_de_bibliotecas_universitarias.pdf>. Acesso em: 01 maio 2014.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Pesquisa. Cadastro de Bibliotecas. Disponível em: <http://sistemas.conectait.com.br:8097/bn/acesso_externo/pesquisar_bibliotecas>. Acesso em: 16 set. 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro (BPE). Disponível em: <<http://www.cultura.rj.gov.br/espaco/biblioteca-publica-do-estado-do-rio-de-janeiro-bpe>>. Acesso em: 16 set. 2013.

_____. Secretaria de Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.rj.gov.br/>>. Acesso em: 16 set. 2013.

_____. Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/>>. Acesso em: 16 set. 2013.

GUINCHAT, C.; MENO, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. corr. e aum. por Marie-France Blanquet. Tradução de Míriam Vieira da Cunha. Brasília: Fundação Banco do Brasil; IBICT, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Classificação Decimal Universal**. 2. edição-padrão internacional em língua portuguesa. Brasília, 2007.

INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. **Catálogo da Biblioteca**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1943.

_____. **[Ata de criação da biblioteca]**. Rio de Janeiro, 1895. Manuscrito.

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. Biblioteca. História. Disponível em: <http://www.iabnacional.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=27>. Acesso em: 24 jun. 2014a.

_____. Biblioteca. **Projeto manual iab.docx**. Rio de Janeiro, 2014b. Não publicado.

JIMÉNEZ MIRANDA, J. Consideraciones teóricas y prácticas para la catalogación descriptiva en la Biblioteca Médica Nacional. **ACIMED**, Ciudad de La Habana, v.11, n.1, ene.-feb. 2003.

LIMA, Mons. M. C. de. **Introdução à história do Direito Canônico**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=P2c2cctCDgIC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 30 jun. 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, W. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. In: _____. **A palavra escrita: história do livro da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001, p. 357-365.

MEY, E. S. A. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

MEY, E. S. A.; ZAFALON, Z. R. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2009, Bonito, MS. **Anais...** São Paulo: FEBAB, 2009. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/15263/>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 16 set. 2013.

MORENO, F. P.; BRASCHER, M. MARC, MARCXML e FRBR: relações encontradas na literatura. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 3, p. 13-25, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000007615&dd1=7a9fb>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

PORTAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Educação: para a educação melhorar, todos devem participar. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 16 set. 2013.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Cultura – SMC. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smc/>>. Acesso em: 16 set. 2013.

_____. Secretaria Municipal de Educação – SME. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sme>>. Acesso em: 16 set. 2013.

SERRA, L. G. O formato MARC e o RDA: tempos de mudanças? In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9., 2013; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <<http://www.enacat.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat/paper/viewFile/13/13>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

SILVEIRA, N. C. **A trajetória da autoria na representação documental**. 2013. 193 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/18954/>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

SINDICATO DOS BIBLIOTECÁRIOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em <<http://www.sindibrj.org.br/>>. Acesso em: 16 set. 2013.

SOUZA, F. das C. de. **O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Vocabulário Jurídico (Tesauro). Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarVocabularioJuridico.asp>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

TEIXEIRA, M. V. O RDA no controle de autoridades do sistema de bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9., 2013; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <<http://www.enacat.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat/paper/viewFile/53/24>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Através de alguns documentos, observados durante uma outra visita (os boletins, por exemplo), é possível constatar que o profissional que era chamado de bibliotecário sempre tinha seu nome sinalizado, assim como os demais cargos do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), apreende-se que ele sempre teve algum nível de importância para o Instituto. Além de que normalmente quem ocupava este cargo eram advogados. Comente:

- sobre a importância desse cargo e da biblioteca para o Instituto;
- sobre a formação do bibliotecário, se ele tinha algum curso especializado, ou se ele era apenas formado em direito;
- se o bibliotecário atuava diretamente na elaboração do boletim.

2. Como no boletim há informação do nome “bibliotecário”, qual seria a relação da biblioteca com os documentos (boletins) produzidos pelo/para o IAB?

- esses boletins divulgavam algo sobre a biblioteca, ou apenas sobre o Instituto?
- e hoje, existe? Qual é a relação?
- Quem ocupa o cargo “diretor de biblioteca”, mencionado na folha do IAB, que compõe a diretoria do Instituto, um advogado? Você poderia explicar a função desse diretor, sua relação com a diretoria do Instituto? Caso esse não seja um bibliotecário, por que não um bibliotecário a ocupar esse cargo?

3. Como se dá a pesquisa e o acesso dos usuários aos materiais da biblioteca? Por quais motivos eles buscam as obras da biblioteca?

- acesso direto ao catálogo manual?
- acesso direto ao catálogo em access?
- acesso direto ao catálogo – sistema biblivre?
- perguntam direto ao bibliotecário ou funcionário?
- outros?

4. Quem eram os primeiros ou mais importantes “bibliotecários” (advogados, e os oficialmente formados) da biblioteca do IAB?

5. Como a biblioteca se organiza atualmente para recuperar informação/documentos (esquema estante/prateleira – mudança para a CDDir)?
6. Quando foi organizado o catálogo em fichas e por quem? Quais instrumentos foram e são utilizados: CDD, CDU, qual vocabulário controlado, linguagem natural, AACR?
7. Sobre uma edição impressa de um catálogo, há um responsável? Você saberia informar quando foi decidido que não haveria mais catálogos impressos, tem informações de quantos foram impressos?
8. Após o catálogo de fichas, de que forma o catálogo foi/é e será gerenciado?
9. Quais as principais dificuldades relacionadas à manutenção do catálogo e à catalogação do acervo desta biblioteca?
10. Quais as perspectivas futuras para a manutenção do catálogo, quais ações estão sendo planejadas?
11. Para finalizar, há algum fato marcante ou importante relacionado ao catálogo desta biblioteca?

**ANEXO A – BIBLIOTECAS RECUPERADAS DO CADASTRO DE BIBLIOTECAS
DA FBN**

Pesquisa > Cadastros de Bibliotecas

[? instruções para pesquisa](#)

i Localize nesta tela as bibliotecas constantes do Cadastro Nacional de Bibliotecas. Utilize os filtros de UF (unidade da federação), cidade ou campo de pesquisa (CPF/CNPJ, Razão Social ou Nome Fantasia da biblioteca) para limitar a consulta. Você pode visualizar os detalhes do cadastro clicando no ícone à esquerda, no resultado da pesquisa. Caso a biblioteca procurada ainda não conste no cadastro, indique ao responsável para que faça o cadastro [clcando aqui](#).

Nome da Biblioteca

 ou [voltar](#)
 **Filtros da Pesquisa**

UF: Cidade: Tipo de Biblioteca: ✕

Resultados para "":

Total de Registros: 120

1

2

BIBLIOTECA	BIBLIOTECA	TELEFONE	CIDADE	UF	TIPO BIBLIOTECA
 COLEGIO ESTADUAL JOAO ALFREDO	CEJA	(21) 2334.2105	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
 BIBLIOTECA COMUNITARIA CANTINHO DA NATUREZA	GIROLIVRO	21- 2236 5563	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITARIA
 AGENCIA FACILITADORA PARA INVESTIMENTOS CULTURAIS	BIBLIOTECA COMUNITARIA J. ARRUDA	(21) 2580.0022	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITARIA
 BIBLIOTECA COMUNITARIA DO VIDIGAL	GASCO	21 33220257	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITARIA
 BIBLIOTECA COMUNITARIA GERANDO VIDA		25682922	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITARIA
 PROCURADORIA REGIONAL DA REPUBLICA DA 2A. REGIAO	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL / PRR-2	(21) 3554.9190	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESPECIALIZADA
 LAR PAULO DE TARSO	SOLAR MENINOS DE LUZ	(21) 2522.9524	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITARIA
 REDE DE EMPREENDIMENTOS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIALMENTE JUSTO, DEMOCRATICO E SUSTENTAVEL	BIBLIOTECA CASA VIVA	(21) 2281.6430	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITARIA
 BIBLIOTECA PARQUE DE MANGUINHOS		(21) 2334.8915	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL
 BIBLIOTECA DA CASINHA BRANCA	BIBLIOTECA DA CASINHA BRANCA	(21) 2448.9004	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITARIA
 BIBLIOTECA RODOLFO GARCIA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS		21- 39742550	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESPECIALIZADA
 INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA		(21) 2123.1157	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESPECIALIZADA
 BIBLIOTECA POPULAR MUNICIPAL ABGAR RENAULT		(21) 2976.2178	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
 BIBLIOTECA POPULAR MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE - MANOEL	BIBLIOTECA POPULAR DE	(21)	RIO DE	RJ	

	IGNACIO DA SILVA ALVARENGA	CAMPO GRANDE	3394.5509	JANEIRO		
	INSTITUTO LER E ABRACAR	INSTITUTO LER E ABRACAR	(21) 3435.3103	RIO DE JANEIRO	RJ	PONTO DE LEITURA
	UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CAP/B	CAP/B	(21) 2333.7875	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
	BIBLIOTECA POPULAR MUNICIPAL CECILIA MEIRELES - JACAREPAGUA		(21) 3833.0084	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
	BIBLIOTECA POPULAR DE IRAJA JOAO DO RIO / VOLANTES		(21) 2482.3582	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
	BIBLIOTECA POPULAR DA MARE JORGE AMADO		(21) 3105.6815	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
	BIBLIOTECA POPULAR MUNICIPAL JOSE BONIFACIO - GAMBOA		(21) 2224.3038	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
	CEASM-CENTRO DE ESTUDOS E ACOES SOLIDARIAS DA MARE	BIBLIOTECA ELIAS JOSE	38686748	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITARIA
	INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI - DICOD/CEDIN/DIBIB	BIBLIOTECA ECONOMISTA CLAUDIO TREIGUER	(21) 3037.3050	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESPECIALIZADA
	BIBLIOTECA POPULAR MUNICIPAL JOSE DE ALENCAR - SANTA TERESA	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO	(21) 2224.2358	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
	BIBLIOTECA POPULAR MUNICIPAL EUCLIDES DA CUNHA - ILHA DO GOVERNADOR	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO	(21) 3368.7797	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
	BIBLIOTECA ESQUINA DO LIVRO	INSTITUTO REPAE	(21) 2235.1388	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITARIA
	BIBLIOTECA COMUNITARIA EMMANUEL	BCE	(21)2301-3784	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITARIA
	FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TECNICA	ESCOLA TECNICA ESTADUAL FERREIRA VIANA	(21) 2334.1741	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
	INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS	INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS	(21) 2205.7284	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESPECIALIZADA
	ASSOCIACAO MENINAS E MULHERES DO MORRO		(21) 2567.5361	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITARIA
	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO		(21) 2216.9595	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESPECIALIZADA
	BIBLIOTECA POPULAR DA TIJUCA MARQUES REBELO		(21)2204-0752	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
	INSTITUTO ESTADUAL DE HEMATOLOGIA Q ARTHUR DE SIQUEIRA CAVALCANTI	HEMORIO	(21) 2332.8611	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESPECIALIZADA
	BIBLIOTECA CIDADE ALTA		(21) 93818321	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITARIA
	BIBLIOTECA DO CENTRO DE ARTES CALOUSTE GULBENKIAN		(21) 2224.8300	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
	NELIDA PINON	PROJETO SEMEAR	21 25840523	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITARIA
	BIBLIOTECA PUBLICA BOTAFOGO		(21) 2551.6911	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

	BIBLIOTECA TESTE		(21) 2095.3804	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
	INSTITUTO TRABALHO E CIDADANIA	OTIMIZANDO SABERES - PROJETO	21 3217- 1993	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA
	INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIAO	ISER	(21) 2555.3782	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA
	BIBLIOTECA COMUNITARIA MARINA RUTOWITSCH	BEMFAM	(21) 2581.8574	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA
	BIBLIOTECA COMUNITARIA JORNALISTA E ESCRITOR CARLOS LACERDA		(21) 3467.6904	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA
	BIBLIOTECA COMUNITARIA MARINA RUTOWITSCH	BEMFAM BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL	(21) 2581.8574	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA
	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, SOCIAL E CULTURAL GERACAO DA HORA	INSTITUTO GERACAO DA HORA	(21) 3333.6612	RIO DE JANEIRO	RJ	PONTO DE LEITURA
	FABIO MARQUES DA SILVA		(21) 9944.3106	RIO DE JANEIRO	RJ	PONTO DE LEITURA
	BIBLIOTECA COMUNITARIA DA ACAO DA CIDADANIA	COMITE SERVAS DO SENHOR DA ACAO DA CIDADANIA	(21) 9421.8685	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA RURAL
	BIBLIOTECA DO PONTO DE CULTURA PRETOS NOVOS - IPN		(21) 2516.7089	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA
	BIBLIOTECA COMUNITARIA ELIAS JOSE	CENTRO DE ESTUDOS E ACOES SOLIDARIAS DA MARE	(21) 3105.1070	RIO DE JANEIRO	RJ	PONTO DE LEITURA
	BIBLIOTECA JOAO BATISTA DE MELLO E SOUZA UNIDADE ESCOLAR HUMAITA II		2536-2819	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
	LENDO O QUE VEJO VOU VENDENDO TUDO O QUE LEIO	INSTITUTO DE CIDADANIA DA UNIDOS DA TIJUCA	(21) 2238.6199	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA
	BIBLIOTECA POPULAR ESCRITOR LIMA BARRETO	ASSOCIACAO REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARE	(21) 3105.8421	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA
	BIBLIOTECA COMUNITARIA ORLANDO MIRANDA	BIBLIOTECA COMUNITARIA ORLANDO MIRANDA	(21) 2220.5070	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA
	BIBLIOTECA COMUNITARIA ANTONIO LISBOA DA SILVA		(21) 2455.3086	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA
	BIBLIOTACA WAGNER VINICIUS - PLANTANDO O FUTURO	INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIAO	(21) 7831.7935	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA
	BIBLIOTECA INFANTIL E JUVENIL ROMAO DUARTE		(21) 2558.6194	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA
	LULA DIMORAIS	CASARTI	21 24733161	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA
	DANIELLI VITALINO MEDEIROS		(21) 7447.6093	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA
	FACULDADE ANGEL VIANNA	FACULDADE ANGEL VIANNA	(21) 2551.0099	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA
	REGINA DA SILVA BARBOSA		(21) 4042.9166	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA
	AAAAAA		(21) 2222.2222	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO		(21) 3872.7576	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

	PAULO ROBERTO ALMEIDA DE ARAUJO		(21) 3156.1928	RIO DE JANEIRO	RJ	PONTO DE LEITURA
	NUCLEO SOCIO CULTURAL SEMENTE DO AMANHA	SEMENTE DO AMANHA	(21) 3462.4907	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITARIA
	BIBLIOTECA POPULAR MUNICIPAL DE BOTAFOGO MACHADO DE ASSIS	PONTO DE LEITURA PALAVRAS QUE TOCAM	(21) 3111.7490	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
	PONTO DE LEITURA PALAVRAS QUE TOCAM		(21) 3111.7490	RIO DE JANEIRO	RJ	PONTO DE LEITURA
	PONTO DE LEITURA "BRINACANDO DE APRENDER NO CANTINHO DO SABER"		(21) 7852.0249	RIO DE JANEIRO	RJ	PONTO DE LEITURA
	BIBLIOTECA DA COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS-CVM		(21) 3554.8290	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESPECIALIZADA
	BIBLIOTECA D DO CENTRO DE TECNOLOGIA E CIENCIAS DA UERJ - CTC/D	BIBLIOTECA DE FISICA E ASTRONOMIA DA UERJ	(21) 2334.0158	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA UNIVERSITARIA
	BIBLIOTECA C DO CENTRO DE TECNOLOGIA E CIENCIAS	BIBLIOTECA CTC/C (GEOLOGIA E GEOCIENCIAS)	(21) 2334.0351	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA UNIVERSITARIA
	BIBLIOTECA JOAQUIM RIBEIRO	BJR	(21) 3408.8457	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA UNIVERSITARIA
	BIBLIOTECA COMUNITARIA - UERJ		(21) 2334.0086	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITARIA
	BIBLIOTECA DO CEFET/RJ - CAMPUS MARIA DA GRACA		(21) 3297.7907	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
	BIBLIOTECA MARE LATINA DE APRENDIZADO	BIBLIOTECA MARE LATINA DE APRENDIZADO	(21) 9308.0267	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITARIA
	BIBLIOTECA AMILCAR DE CAMPOS PINTO		(21) 2446.5231	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITARIA
	BIBLIOTECA DO PROGRAMA DE POS-GRADUACAO E PESQUISA DO COLEGIO PEDRO II	BIBLIOTECA PROPPG	(21) 3891.0021	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESPECIALIZADA
	BIBLIOTECA ESCOLAR MUNICIPAL DO DIQUE - JOSE LINS DO REGO		(21) 3855.7095	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
	BIBLIOTECA ESCOLAR MUNICIPAL DO MEIER - CARLOS ALBERTO		(21) 3822.0683	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
	BIBLIOTECA ESCOLAR MUNICIPAL OLARIA-RAMOS - JOAO RIBEIRO		(21) 3885.9492	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
	BIBLIOTECA ESCOLAR MUNICIPAL DO JARDIM SULACAP - LUCIA BENEDETTI		(21) 3357.6168	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
	BIBLIOTECA ESCOLA MUNICIPAL DA PENHA ALVARO MOREYRA		(21) 3885.8477	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
	BEM - ENG. NOVO - AGRIPINO GRIECO		(21) 3277.1402	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
	BIBLIOTECA PARQUE DA ROCINHA	BIBLIOTECA PARQUE DA ROCINHA	(21) 2334.7098	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL
	BIBLIOTECA ESCOLAR MUNICIPAL DA GLORIA - PEDRO NAVA		(21) 2224.6257	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
	BIBLIOTECA ESCOLAR MUNICIPAL DO GRAJAU - CLARICE LISPECTOR		(21) 2214.3027	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA

					MUNICIPAL
	SALA DE LEITURA TREM DA LEITURA- E.M. MARINHEIRO JOAO CANDIDO	(21) 3395.3418	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
	SALA DE LEITURA - ESCOLA MUNICIPAL (E/SUBE/CRE10.19.048) JAPAO	(21) 3395.1285	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
	BIBLIOTECA ESCOLAR MUNICIPAL DO LEBLON - VNICIUS DE MORAES	(21) 2294.1598	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
	SALA DE LEITURA MARCELLO ALENCAR - ESCOLA MUNICIPAL NERVAL DE GOUVEIA	(21) 3885.2057	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
	SALA DE LEITURA MAURICIO DE SOUSA -ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO JOAO CARLOS VITAL	(21) 3395.1895	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
	SALA DE LEITURA - ESCOLA MUNICIPAL ELISA JOAQUINA DALTRO PEIXOTO	(21) 2417.7947	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
	ESCOLA MUNICIPAL CANTOR E COMPOSITOR GONZAGUINHA-SALA DE LEITURA	(21) 3882.6692	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
	SALA DE LEITURA MUNDO QUE LE - ESCOLA MUNICIPAL ALCIDE DE GASPERI	(21) 2573.5346	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
	SALA DE LEITURA VNICIUS DE MORAES - ESCOLA MUNICIPAL 10.19.045 PONTE DOS JESUITAS	(21) 3395.0143	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
	BEM VINDO AO MUNDO ENCANTADO CIEP MAESTRO HEITOR VILLA LOBOS	(21) 3395.5434	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
	SALA DE LEITURA RUTH ROCHA	(21) 3105.9934	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
	SALA DE LEITURA GABRIELA MISTRAL - ESCOLA MUNICIPAL ALBERTO BARTH	(21) 2552.2387	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
	SALA DE LEITURA MINA DO SABER- ESCOLA MUNICIPAL NAIR DA FONSECA	(21) 3317.7265	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
	SALA DE LEITURA PADRE JOSE DE ANCHIETA	(21) 3407.0556	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
	ESCOLA MUNICIPAL BENTO DO AMARAL COUTINHO - SALA DE LEITURA CECILIA MEIRELES	(21) 3395.1185	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
	SALA DE LEITURA PROFA. MA. MADALENA S. QUEIROZ - ESCOLA MUNICIPAL BRASIL	(21) 3883.3830	RIO DE JANEIRO	RJ	SALA DE LEITURA
	SALA DE LEITURA - ESCOLA MUNICIPAL NESTOR VICTOR	(21) 3377.1305	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR

Pesquisa > Cadastros de Bibliotecas

[? instruções para pesquisa](#)

i Localize nesta tela as bibliotecas constantes do Cadastro Nacional de Bibliotecas. Utilize os filtros de UF (unidade da federação), cidade ou campo de pesquisa (CPF/CNPJ, Razão Social ou Nome Fantasia da biblioteca) para limitar a consulta. Você pode visualizar os detalhes do cadastro clicando no ícone à esquerda, no resultado da pesquisa. Caso a biblioteca procurada ainda não conste no cadastro, indique ao responsável para que faça o cadastro [clcando aqui](#).

Nome da Biblioteca

 ou [voltar](#)
 **Filtros da Pesquisa**

UF: Cidade: Tipo de Biblioteca: ✕

Resultados para "":

Total de Registros: 120

1

2

BIBLIOTECA	BIBLIOTECA	TELEFONE	CIDADE	UF	TIPO BIBLIOTECA
 SALA DE LEITURA ESCOLA MUNICIPAL ANA NERI	SYLVIA ORTHOF	(21) 3377.1387	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
 SALA DE LEITURA VIRGILIO VARZEA		(21) 2224.7685	RIO DE JANEIRO	RJ	SALA DE LEITURA
 CONTO A CONTO		(21) 9829.1043	RIO DE JANEIRO	RJ	PONTO DE LEITURA
 SALA DE LEITURA CECILA MEIRELES-CIEP MINISTRO MARCOS FREIRE		(21) 3317.6025	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
 SALA DE LEITURA DA E MORLANDO VILLAS BOAS		(21) 2224.7622	RIO DE JANEIRO	RJ	SALA DE LEITURA
 BIBLIOTECA COMUNITARIA DO MORRO DO FUBA	TERR'ATIVA	(21) 8682.6664	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITARIA
 BIBLIOTECA PROFESSOR HELIO FONTES - CAMPUS ENGENHO NOVO II - COLEGIO PEDRO II		(21) 3297.9415	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
 BIBLIOTECA DO COLEGIO PEDRO II	BIBLIOTECA ESCOLAR DO COLEGIO PEDRO II - CAMPUS CENTRO	(21) 3213.3123	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
 BIBLIOTECA DO ARQUIVO PUBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO		(21) 2332.1442	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESPECIALIZADA
 SALA DE LEITURA MONTEIRO LOBATO		(21) 3395.5881	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
 BIBLIOTECA DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS		(21) 2240.3173	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESPECIALIZADA
 SALA DE LEITURA THALITA REBOUCAS - ESCOLA MUNICIPAL 04.11.010 BRANT HORTA		(21) 2573.5758	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
 BIBLIOTECA MARIA DE FATIMA VICTOR DA SILVA	ESPACO VERDE DE LEITURA	(21) 2580.6092	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA COMUNITARIA
 BIBLIOTECA ESCOLAR MUNICIPAL DO RIO COMPRIDO - ALUISIO DE AZEVEDO		(21) 2204.0112	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

 BIBLIOTECA ESCOLAR MUNICIPAL DE PAQUETA	(21) 3397.0388	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
 BIBLIOTECA ESCOLAR MUNICIPAL DE SANTA CRUZ JOAQUIM NABUCO	(21) 3395.2444	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
 BIBLIOTECA ESCOLAR MUNICIPAL DE COPACABANA - CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	(21) 2267.5561	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
 BIBLIOTECA ESCOLAR MUNICIPAL DE BANGU CRUZ E SOUZA	(21) 3332.0675	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
 BIBLIOTECA ESCOLAR MUNICIPAL DE BANGU CRUZ E SOUZA	(21) 3332.0675	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR
 BEM-BANGU CRUZ E SOUZA	(21) 3332.0675	RIO DE JANEIRO	RJ	BIBLIOTECA ESCOLAR

1

2

ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA E DE REGISTRO DE IMAGENS

Eu, ---, bibliotecária do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), autorizo à pesquisadora bolsista de Iniciação Científica da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Gerlaine Pereira da Rocha, a realizar pesquisas no acervo da Biblioteca do IAB, e a fotografar e/ou fotocopiar, caso necessário, documentos e a Biblioteca, para uso exclusivo da pesquisa “**A Representação Descritiva no Brasil: seu caminho através dos primeiros catálogos do século XIX**” e em suas publicações resultantes, com as devidas referências.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

--- (responsável pela instituição pesquisada)

Gerlaine Pereira da Rocha (pesquisadora)

Naira Christofolletti Silveira (orientadora)

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do sub-projeto de pesquisa: A Representação Descritiva no Brasil: seu caminho através dos primeiros catálogos do século XIX.

OBJETIVO DO ESTUDO: O objetivo deste projeto é traçar um histórico do desenvolvimento da Representação Descritiva no Brasil a partir do levantamento e análise dos catálogos das principais bibliotecas brasileiras do século XIX, situadas no Rio de Janeiro.

ALTERNATIVA PARA PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO: Você tem o direito de não participar deste estudo. Estamos coletando informações para contribuir com os objetivos da pesquisa. Se você não quiser participar do estudo, isto não irá interferir na sua vida profissional/estudantil.

PROCEDIMENTO DO ESTUDO: Se você decidir integrar este estudo, você participará de uma entrevista individual do tipo estruturada que durará aproximadamente 1 hora, bem como utilizaremos seu trabalho final como parte dos resultados da pesquisa, e, possivelmente, em publicações e/ou outros trabalhos provenientes desta.

GRAVAÇÃO EM ÁUDIO: A entrevista será gravada em áudio. O áudio será ouvido por mim e por minha orientadora, **seu nome não será divulgado**. A gravação será utilizada somente para coleta de dados, e em uma posterior transcrição, a qual será divulgada somente caso haja necessidade de prova, e/ou como anexo do trabalho final. Se você não quiser ser gravada em áudio, você não poderá participar deste estudo.

RISCOS: Você pode achar que determinadas perguntas incomodam a você, porque as informações que coletamos são sobre suas experiências pessoais, ou sobre a memória da Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros. Assim **você pode escolher não responder quaisquer perguntas que a façam se sentir incomodada**.

BENEFÍCIOS: Sua entrevista ajudará a traçar um histórico da Representação Descritiva no município do Rio de Janeiro e, mais especificamente, na Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros, mas não será, necessariamente, para seu benefício direto. Entretanto, fazendo parte deste estudo você fornecerá mais informações sobre o lugar e sua relevância para própria instituição em questão.

CONFIDENCIALIDADE: Como foi dito acima, seu nome **não** aparecerá no áudio e em nenhum formulário preenchido por nós. Nenhuma publicação partindo desta entrevista revelará o nome de qualquer participante da pesquisa. Sem seu consentimento escrito, as pesquisadoras não divulgarão nenhum dado de pesquisa no qual você seja identificado.

DÚVIDAS E RECLAMAÇÕES: Esta pesquisa está sendo realizada na Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros. A pesquisa possui vínculo com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO através de bolsa de Iniciação Científica concedida pelo Edital DPq 09/2012 do Departamento de Pesquisa (DPq), da Pró-Reitoria de Pós-



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

Graduação e Pesquisa (PROPG), sendo a aluna Gerlaine Pereira da Rocha a pesquisadora principal, sob a orientação da Profª Dra. Naira Christofolletti Silveira. As investigadoras estão disponíveis para responder a qualquer dúvida que você tenha. Caso seja necessário, contacte Gerlaine Rocha no telefone -, ou o Comitê de Ética em Pesquisa, CEP-UNIRIO no telefone - ou e-mail cep-unirio@unirio.br. Você terá uma cópia deste consentimento para guardar com você. Você fornecerá nome, endereço e telefone de contato **apenas** para que a equipe do estudo possa lhe contactar em caso de necessidade.

Nome:

Endereço:

Telefone:

Eu concordo em participar deste estudo.

Assinatura:

Data: _____

Discuti a proposta da pesquisa com esta participante e, em minha opinião, ela compreendeu suas alternativas (incluindo não participar da pesquisa, se assim o desejar) e deu seu livre consentimento em participar deste estudo.

Assinatura (Pesquisador):

Nome: _____

Data: _____

ANEXO D – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIRIO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Representação Descritiva no Brasil: seu caminho até o contexto atual

Pesquisador: Naira Christofolletti Silveira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 25374814.6.0000.5285

Instituição Proponente: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 636.471

Data da Relatoria: 30/04/2014

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa tem como tema a representação da informação no Brasil, constituída pela Representação Temática e pela Descritiva, ou seja, a Catalogação. Questiona os métodos de organização e recuperação do conhecimento e as formas de representar a documentação produzida pela sociedade e o acesso geral ao conhecimento, que se daria por formas de classificação que definissem com maior precisão o seu conteúdo, possibilitando a recuperação da informação.

Objetivo da Pesquisa:

Conforme a autora, "o projeto tem como objetivo geral discutir a Representação Descritiva no Brasil, relacionando seu desenvolvimento com as questões sociais brasileiras. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, que possibilitará ser complementada por subprojetos para ampliar o campo de análise. Tem-se, portanto, como resultados esperados o fortalecimento da área e o aumento de publicações em periódicos e eventos científicos".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não haveria riscos diretos. Indiretamente haveria riscos no que concerne ao questionário a ser aplicado entre profissionais e usuários e às gravações de entrevistas, mas a autora garante o resguardo dos participantes e apresenta documento de autorização a ser assinado pelos participantes.

Endereço: Av. Pasteur, 296

Bairro: Urca

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2542-7796

E-mail: cep.unirio09@gmail.com

Continuação do Parecer: 636.471

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante e interessante para o âmbito acadêmico da Biblioteconomia e para a sociedade em geral, tendo em vista as reais dificuldades encontradas pelos usuários de bibliotecas físicas e virtuais no que concerne à recuperação da informação, não só referente aos textos acadêmicos, mas à classificação bibliográfica em geral.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foi apresentada minuta do questionário a ser realizado junto aos participantes, que esclarece o teor das perguntas e das entrevistas (entrevista estruturada e não estruturada".

Foi apresentado TCLE semanticamente adequado.

Recomendações:

recomendamos atenção aos temas concernentes à eticidade em pesquisa científica durante a realização da pesquisa, principalmente no que concerne às entrevistas não estruturadas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

não há pendências

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

RIO DE JANEIRO, 06 de Maio de 2014

Assinador por:
Sônia Regina de Souza
(Coordenador)

Endereço: Av. Pasteur, 296

Bairro: Urca

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2542-7796

E-mail: cep.unirio09@gmail.com

PROJETO DE PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

Projeto de Pesquisa: A Representação Descritiva no Brasil: seu caminho até o contexto atual

Informações Preliminares

Responsável Principal

CPF: CONFIDENTIAL
Gerlaine , 19:38:31, 30/06/2014 Nome: Naira Christofolletti Silveira

Telef: Gerlaine , 19:38:31, 30/06/2014 E-mail: naira.silveira@unirio.br

Instituição Proponente

CNPJ: 34.023.077/0001-07 Nome da Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

É um estudo internacional? Não

Equipe de Pesquisa

CPF	Nome
CONFIDENTIAL Gerlaine , 19:38:40, 30/06/2014	Gerlaine Pereira da Rocha

Área de Estudo

Grandes Áreas do Conhecimento (CNPq)

- Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas

Título Público da Pesquisa: A Representação Descritiva no Brasil: seu caminho até o contexto atual

Contato Público

CPF	Nome	Telefone	E-mail
CONFIDENTIAL Gerlaine , 19:38:44, 30/06/2014	Naira Christofolletti Silveira	CONFIDENTIAL Gerlaine , 19:38:48, 30/06/2014	naira.silveira@unirio.br

Contato

Naira Christofolletti Silveira

Desenho:

Dentre os processos de organização e controle dos documentos, também conhecidos como tratamento documental, a representação da informação (constituída pela Representação Temática e pela Descritiva) teria duas grandes funções: representar o documento produzido pela sociedade e permitir o acesso a estes documentos por qualquer indivíduo, trata-se de um processo de mediação que sempre está se desenvolvendo para se adequar às mudanças da sociedade. A Representação Descritiva estabelece um conjunto de dados convencionais destinado a obter uma referência única e precisa de cada documento. Objetivo geral Discutir a Representação Descritiva no Brasil, relacionando seu desenvolvimento com as questões sociais brasileiras. Tem-se como objetivos específicos: a) traçar o histórico sobre o desenvolvimento da Representação Descritiva no Brasil, a partir da análise dos currículos dos cursos de Biblioteconomia e da análise de sua produção bibliográfica desta área; b) definir o perfil dos pesquisadores que publicam nesta área; c) mapear os grupos de pesquisa envolvidos com a Representação Descritiva e seus membros; d) mapear quais temas dentro da área de Representação Descritiva são mais trabalhados no Brasil; e) verificar como a Representação Descritiva é vista por seus agentes (catalogadores, bibliotecários, estudantes, professores, pesquisadores); f) analisar a atuação da Representação Descritiva no Brasil. Para atingir ao objetivo geral, serão estabelecidos subprojetos com outros pesquisadores e estudantes a fim de estudar cada objetivo específico de forma mais profunda. Como procedimentos metodológicos serão abordadas a pesquisa de opinião, pesquisa bibliográfica, documental e história. Para coleta de dados serão utilizadas entrevistas e questionários.

Apoio Financeiro

CNPJ	Nome	E-mail	Telefone	Tipo
				Financiamento Próprio

Palavra Chave

Palavra-chave
Representação Descritiva
Organização do Conhecimento

Detalhamento do Estudo

Resumo:

Na sociedade pós-moderna o conhecimento passa a ser um atributo muito valorizado, conseqüentemente, a informação que é o subsídio para a produção de novos conhecimentos também é igualmente valorizada. A informação nesta sociedade também é produzida em larga escala, com muita ambigüidade e redundância, organizá-la torna-se um desafio e uma necessidade. Neste contexto é que se encontra a Organização do Conhecimento. Dentre os processos de organização e representação dos documentos, também conhecidos como tratamento documental, a representação da informação (constituída pela Representação Temática e pela Descritiva, no Brasil, também conhecida como Catalogação) teria duas grandes funções: organizar o conhecimento e representar o documento produzido pela sociedade para permitir o acesso ao conhecimento por qualquer indivíduo, portanto é um processo de mediação que sempre está se desenvolvendo para se adequar às mudanças da sociedade. Este projeto tem como objetivo geral discutir a Representação Descritiva no Brasil, relacionando seu desenvolvimento com as questões sociais brasileiras. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, que possibilitará ser complementada por subprojetos para ampliar o campo de análise. Tem-se, portanto, como resultados esperados o fortalecimento da área e o aumento de publicações em periódicos e eventos científicos.

Introdução:

Na sociedade pós-moderna o conhecimento passa a ser um atributo muito valorizado, conseqüentemente, a informação que é o subsídio para a produção de novos conhecimentos também é igualmente valorizada. A informação nesta sociedade também é produzida em larga escala, com muita ambigüidade e redundância, organizá-la torna-se, portanto, um desafio e uma necessidade. A informação precisa estar reunida e armazenada de forma eficiente para fornecer subsídios para a construção do conhecimento, entretanto, tal fato não implica em seu uso efetivo, a informação necessita ser assimilada pelo indivíduo. A construção de novo conhecimento [...] depende tanto da informação quanto das habilidades e competências integradas em moedas de conversão que permitem interação entre o homem e o sistema de informação no sentido estrito (KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 19). Assim, a informação deve ser organizada considerando seu usuário, caso contrário pode dificultar ou até mesmo impossibilitar seu acesso. A Biblioteconomia possui uma vasta tradição na organização e preservação dos registros do conhecimento, como se observa na própria história das bibliotecas. Por exemplo, já no terceiro milênio a.C. a biblioteca de Ebla, na Síria, continha uma coleção organizada de 15 mil tábuas de argila, contendo textos administrativos, literários e científicos, e 15 tábuas pequenas com os resumos dos conteúdos dos documentos (SAGREDO; NUÑO, 1994 apud ORTEGA, 2004). Mesmo isoladamente, os bibliotecários estipulavam padrões para a representação dos documentos. No entanto, com as mudanças na sociedade e na forma de produção do conhecimento, a padronização deixou de ser realizada em nível local e se expandiu para o nível internacional. Portanto, foram estabelecidos diversos documentos com os princípios, as diretrizes e as regras para a catalogação, propiciando maior precisão, controle e intercâmbio de dados bibliográficos. Neste contexto é que se encontra a Organização do Conhecimento. Para Esteban Navarro e García Marco (1995), esta disciplina se dedica ao estudo e desenvolvimento de fundamentos e técnicas de planejamento, construção, gestão, uso e avaliação de sistemas de descrição, catalogação, ordenação, classificação, armazenamento, comunicação e recuperação de documentos. Portanto, ela atua em três perspectivas: representação, organização e comunicação do conhecimento humano. Dentre os processos de organização e representação dos documentos, também conhecidos como tratamento documental, a representação da informação (constituída pela Representação Temática e pela Descritiva, no Brasil também conhecida como Catalogação) teria duas grandes funções: organizar o conhecimento e representar o documento produzido pela sociedade para permitir o acesso ao conhecimento por qualquer indivíduo, portanto é um processo de mediação que sempre está se desenvolvendo para se adequar às mudanças da sociedade. A Representação Descritiva estabelece um conjunto de dados convencionais destinado a obter uma referência única e precisa de cada documento. Permite identificar e recuperar rapidamente um documento a partir desses conjuntos de dados e dos pontos de acesso. A representação temática se ocupa da análise do conteúdo temático de um documento, cuja finalidade principal é a recuperação dos assuntos presentes em diferentes documentos (JIMÉNEZ MIRANDA, 2003). Em meio às transformações de regras e padrões para a catalogação é possível verificar os documentos emanados de eventos institucionais da área que influenciam e direcionam a catalogação em âmbito internacional, porém com pouca reflexão em âmbito nacional, regional e local. Os primeiros códigos de catalogação surgem na Europa e nos Estados Unidos a partir do século XVIII. O Código de Catalogação é o instrumento que possibilita a padronização da representação bibliográfica e [...] pode ser definido como um conjunto de regras, interpretações e, por vezes, exemplos indicativos e explicativos, destinado à elaboração de registros bibliográficos. Entende-se a catalogação como o constructo da representação dos registros do conhecimento em todos os seus aspectos, tanto descritivos quanto de conteúdo. A representação documental se efetiva por meio da sintaxe e da semântica e estabelece relações entre os recursos bibliográficos, seu aspecto mais importante (MEY; ZAFALON, 2009, p. 3). O início da Biblioteconomia no Brasil teve uma forte influência européia, como observa Castro (2002). Quando a

Biblioteca Nacional iniciou a formação de bibliotecários, em 1911, tanto os cursos de formação como as bibliotecas buscavam modelos de serviços estrangeiros. Portanto, era um modelo reflexo, baseado em uma realidade que não era a do povo brasileiro (SUAIDEN, 2000, p. 53). Esta influência explica a adoção de instrumentos oriundos da Europa. Na catalogação, entre os anos 1940 e 1969, a maior influência deveu-se ao Código da Biblioteca Apostólica Vaticana (MEY; ZAFALON, 2009, p. 7). A influência européia sobre a Biblioteconomia brasileira é substituída pela influência norte-americana (CASTRO, 2002), podendo ser visualizada através da adoção de instrumentos americanos, por exemplo, a substituição do Código da Vaticana pelo Código Anglo-Americano. Este código tem um caráter multinacional devido a sua utilização por muitos países. É importante observar que vários países desenvolveram seus próprios códigos de catalogação, o Brasil, entretanto optou por adotar um código desenvolvido em outro país. A principal preocupação na adoção de instrumentos multinacionais é a não adequação aos usuários locais, pois quando os instrumentos de representação não estão em harmonia com seus usuários as chances de recuperação de informação são mais baixas.

Hipótese:

A Representação Descritiva no Brasil se desenvolve de forma diferente que no exterior, seus fundamentos teóricos estão calcados em autores estrangeiros e pouca pesquisa teórica tem sido realizada respeitando o contexto brasileiro.

Objetivo Primário:

Discutir a Representação Descritiva no Brasil, relacionando seu desenvolvimento com as questões sociais brasileiras.

Metodologia Proposta:

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, que possibilitará ser complementada por subprojetos para aprofundar sua análise e consolidar seus resultados. Tem como principais ações a revisão de literatura, análise documental e coleta de dados através de questionários e entrevistas. Primeiro será traçado o histórico sobre o desenvolvimento da Representação Descritiva no Brasil sob dois pontos de vistas: a do ensino e a das publicações, que refletem as pesquisas desenvolvidas na área. A princípio, será analisada a grade curricular do curso de Biblioteconomia da UNIRIO, posteriormente outras Universidades serão incluídas, esta etapa tem como base a análise dos currículos dos cursos de graduação em Biblioteconomia. Ao verificar as publicações desta área, será necessário estabelecer as bases de dados e os períodos a serem analisados, assim como o tipo de publicação: artigos, teses, livros etc. Após a recuperação das publicações, iniciar-se-á a categorização dos mesmos. A relação dos textos produzidos com seus autores e o mapeamento de grupos de pesquisa permitirá identificar onde as pesquisas desta área estão sendo desenvolvidas. Para verificar como a Representação Descritiva é vista por seus agentes, utilizar-se-á como instrumentos de coleta de dados o questionário e a entrevista. Cada questionário possuirá perguntas específicas para cada segmento: profissional, estudante, acadêmico etc. e a entrevista será estruturada e não estruturada. Cada uma das ações acima elencadas fornecerá subsídios para descrever a atuação da Representação Descritiva no Brasil.

Riscos:

Não há.

Benefícios:

Fortalecer e promover o desenvolvimento da área Representação Descritiva no Brasil.

Metodologia de Análise de Dados:

Analisar qualitativamente e quantitativamente os dados coletados.

Desfecho Primário:

Apresentar um panorama da Representação Descritiva no Brasil.

Tamanho da Amostra no Brasil: 200

Países de Recrutamento

País de Origem do Estudo	País	Nº de participantes da pesquisa
Sim	BRASIL	200

Outras Informações

Haverá uso de fontes secundárias de dados (prontuários, dados demográficos, etc)?

Não

Informe o número de indivíduos abordados pessoalmente, recrutados, ou que sofrerão algum tipo de intervenção neste centro de pesquisa:

200

Grupos em que serão divididos os participantes da pesquisa neste centro

ID Grupo	Nº de Indivíduos	Intervenções a serem realizadas
Não se aplica	0	0

O Estudo é Multicêntrico no Brasil?

Não

Propõe dispensa do TCLE?

Não

Haverá retenção de amostras para armazenamento em banco?

Não

Cronograma de Execução

Identificação da Etapa	Início (DD/MM/AAAA)	Término (DD/MM/AAAA)
Coleta de dados - questionário subprojeto	25/11/2013	29/11/2013

Orçamento Financeiro

Identificação de Orçamento	Tipo	Valor em Reais (R\$)
não se aplica	Outros	R\$ 0,00
Total em R\$		R\$ 0,00

Bibliografia:

CASTRO, C. A. Histórico e evolução curricular na área de Biblioteconomia no Brasil. In: VALENTIM, Marta Lúcia (Org.). Formação do profissional da informação. São Paulo: Polis, 2002. ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. J. Las primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica. Scire, Zaragoza, v.1, n.1, p.149-157, 1995. GARRIDO ARILLA, M. R. Teoría e historia de la catalogación de documentos. Madrid: Síntesis, 1996. (Biblioteconomía y Documentación, 11). Reimpr., 1999. JIMÉNEZ MIRANDA, J. Consideraciones teóricas y prácticas para la catalogación descriptiva en la Biblioteca Médica Nacional. ACIMED, Ciudad de La Habana, v.11 n.1, ene.-feb. 2003. KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. Transinformação, Campinas, v. 15, p. 7-22, 2003. LÓPEZ-HUERTAS, M. J. Some current research questions in the field of knowledge organization. Knowledge Organization, Würzburg, v. 35, n. 2/3, p. 113-136, 2008. MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. Catalogação no plural. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009. MEY, E. S. A.; ZAFALON, Z. R. Diversidade cultural aplicada ao código de catalogação: utopia ou necessidade? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2009, Bonito. Anais... São Paulo: FEBAB, 2009. ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. Datagramazero, v. 5, n. 5, out. 2004. SUAIDEN, E. J. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. Ciência da Informação, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

Upload de Documentos

Arquivo Anexos:

Tipo	Arquivo
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_253748.pdf
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_253748.pdf
Parecer do Relator	PB_PARECER_RELATOR_541476.pdf
Folha de Rosto	folha de rosto - correta - RD.pdf
TCLE - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	TCLE - entrevistado identificado.PDF
TCLE - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	TCLE - entrevistado não identificado.PDF
Parecer do Colegiado	PB_PARECER_COLEGIADO_544477.pdf
Outros	Termo de registro de imagem.PDF
Outros	Subprojeto de pesquisa.doc

Outros	Roteiro da entrevista.PDF
Parecer Consubstanciado do CEP	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_544478.pdf
Projeto Detalhado	1 Projeto de Pesquisa completo.pdf

Finalizar

Manter sigilo da integra do projeto de pesquisa: Não

ANEXO E - ATA DE CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA DO IAB

Foi 7 dias do mes de Setembro de 1875, um pouco
da tarde da rua da Cardeal, onde se achava a
Instituição da Ordem dos Advogados Brasileiros em
sua sala solenne e com a presença de S. D. a seguir
aos seus fundadores, em presença das pessoas
abertas assignadas pelo C. C. em 18 de Agosto de 1874
e do Sr. Presidente em exercício foi
convidado o Sr. ^{Dr.} Carvalho Olegario Herbetano
de Espinosa Castro, Presidente do Supremo Tribunal Federal
para abrir a porta principal da Bibliotheca, de-
clarando esta devidamente inaugurada. Acci-
to a esta cerimonia foi praticada aquella solemnidade.
E para constar foi lavrado este act. que vai as-
signado pela Directoria e membros da Instituição e
membros presentes presentes ao act.
Eu, Manuel Alvaro de Souza La Travenca, 1.º Secre-
tario da Instituição da Ordem dos Advogados Brasilei-
ros por este act. e assignado.

Man. Alvaro de Souza La Travenca, 1.º Secretario
D. Carvalho de Moraes, 2.º Secretario -
D. C. Vilas ^{Dr.} ou D. Santos, Thesoureiro. 10/50
meu amigo de Albuquerque e Alberto de Barros, D. de

